



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 29, TERÇA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 26ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 18 DE MARÇO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DE SESSÃO	
Destinada a comemorar os 110 anos da criação da Diretoria de Indústria Animal; os 36 anos da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet); os 99 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV) e homenagear a primeira mulher Médica Veterinária diplomada no Brasil, a Doutora Alzira de Souza, nos termos do Requerimento nº 20/2019, do Senador Wellington Fagundes e outros senadores.	8
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Wellington Fagundes)	8
1.2.3 – Oradores	
Senador Acir Gurgacz	13
Sr. Flávio Bettarello, Secretário em exercício de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14
Sr. Pedro Paulo Levi Mateus Canazio, General de Brigada representando o Comandante do Exército Brasileiro	16
Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida, Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária	18
Sr. Josélio Moura, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária	20
Sr. Coronel Henrique, Deputado Estadual de Minas Gerais	22
Sr. Milton Thiago de Mello, Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária	23
1.2.4 – Entrega de homenagem à Dra. Alzira de Souza, primeira mulher médica veterinária diplomada no Brasil, representada pela Sra. Rosália Meireles de Souza	29
1.3 – ENCERRAMENTO	29



2 – ATA DA 27ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE MARÇO DE 2019

2.1 – ABERTURA	31
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	31
2.2.2 – Oradores	
Senador Jorge Kajuru – Críticas ao Presidente do Senado pela declaração feita ao jornal digital Poder 360 , na qual afirma que não será instalada a “CPI da Lava Toga”. Insatisfação com a concessão pelo STF de benefício a pensionistas que possuem outra fonte de renda. Comentários acerca do imposto sobre grandes fortunas	31
Senador Paulo Paim – Considerações sobre os debates que estão sendo realizados na CDH sobre a reforma da previdência, com destaque para os pontos negativos do regime de capitalização. Preocupação com o aumento do uso de agrotóxicos no País, bem como suas consequências para a saúde da população brasileira. Anúncio do recebimento de carta dos governadores do Nordeste contra a reforma da previdência. Destaque para o artigo de autoria de Vivaldo Barbosa intitulado “O Rombo está nos juros, não está na previdência”, publicado no Jornal do Brasil	34
Senador Reguffe – Críticas à decisão do STF em transferir crimes de caixa dois para serem julgados pelo TSE. Questionamento sobre a instalação da “CPI da Lava Toga” e apelo ao Presidente do Senado Federal para que seja dado andamento a pedidos de <i>impeachment</i> de Ministros do STF. Manifestação contrária à forma de indicação dos Ministros dos Tribunais Superiores	39
2.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional em 26 de março de 2019, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a agraciar as vencedoras do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz. ..	43
2.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Telmário Mota – Manifestação negativa acerca da condenação da Sra. Rúbia Vegas ao pagamento de indenização ao ex-Senador Romero Jucá. Comentários sobre a visita de S.Exa. ao Hospital Araújo Jorge, localizado em Goiânia-GO. Alerta para a necessidade de atualização da tabela do Sistema Único de Saúde-SUS	43
Senador Fernando Bezerra Coelho, como Líder – Satisfação com o resultado das concessões feitas em parte do setor aeroportuário do País na última sexta-feira	46
Senador Alvaro Dias – Indignação contra a decisão do STF sobre Justiça Eleitoral. Comunicação de apresentação do Projeto de Lei Complementar nº 66/2019, que exclui da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos. Análise sobre a importância dos políticos estarem atentos às opiniões da população em relação ao foro privilegiado	48
Senador Rogério Carvalho – Congratulações pelos 164 anos da cidade de Aracaju - SE, comemorados no último domingo. Breve histórico sobre o sistema de previdência no País. Críticas à proposta do Governo Federal de reforma da previdência	53
2.3 – ENCERRAMENTO	58

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 27ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera a composição da subcomissão temporária para debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros. **(Ofício nº 3/2019)**. 60

Do Senador Chico Rodrigues, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exa. em missão no período de 2 a 6 de março de 2019, nos termos do Requerimento nº 65/2019. 61

3.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Jorge Kajuru – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno 63

3.1.3 – Projeto de Lei Complementar

Nº 66/2019, do Senador Alvaro Dias, que *exclui da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos e dá outras providências*. 65

3.1.4 – Requerimentos

Nº 144/2019, do Senador Ciro Nogueira e outros senadores, de desarquivamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 51/2011 e 2/2013; do Projeto de Decreto Legislativo nº 82/2011; do Projeto de Lei da Câmara nº 64/2014; dos Projetos de Lei do Senado nºs 12, 82, 89, 90, 94, 101, 118, 125, 143, 195, 309, 462, 492 e 555/2011; 8, 47, 94, 127, 158, 349/2012; 41, 68, 170, 202, 250, 284, 318, 354, 373, 377, 407 e 532/2013; 21, 51, 76, 137, 138, 186, 191, 229, 323 e 416/2014. 72

Nº 145/2019, da Senadora Mara Gabrilli e outros senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 14/2013. 76

Nº 146/2019, da Senadora Mara Gabrilli e outros senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 31/2010. 80

Nº 147/2019, da Senadora Mara Gabrilli e outros senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 72/2012. 83

Nº 148/2019, do Senador Antonio Anastasia e outros senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 70/2014. 86

Nº 149/2019, do Senador Reguffe, de desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 52/2015, que tramita em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 35 e 59/2015. .. 90

3.1.5 – Término de prazo

Término do prazo, em 15 de março de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei nº 550/2019. 93

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 94

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 97



6 – LIDERANÇAS	98
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	100
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	101
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	103



Ata da 26ª Sessão, Especial,
em 18 de março de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Wellington Fagundes.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 44 minutos e encerra-se às 12 horas e 46 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar os 110 anos da criação da Diretoria de Indústria Animal; também os 36 anos da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet), com destaque especial ao seu Presidente, Prof. Dr. Milton Thiago de Mello; também os 99 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV); e ainda a homenagear a primeira mulher Médica Veterinária diplomada no nosso País, a Dra. Alzira de Souza, nos termos do Requerimento nº 20, de 2019, de minha autoria, Senador Wellington Fagundes, e também de outros Senadores.

Já quero aqui agradecer a presença do Senador Acir Gurgacz, também da Senadora Maria do Carmo Alves, nossa companheira do Bloco Vanguarda.

Quero aqui convidar para estar à Mesa conosco, representando o Comandante do Exército Brasileiro, General-de-Brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio; (*Palmas.*)

O nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida; (*Palmas.*)

Com muita honra, o nosso Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, Sr. Dr. Milton Thiago de Mello, na sua juventude de apenas 103 anos de idade. (*Palmas.*)

Quero convidar também o Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Sr. Dr. Luiz Carlos Rodrigues Cecílio; (*Palmas.*)

O Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Sr. Dr. Josélio Moura. (*Palmas.*)

Convido também o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, Sr. Dr. José Pinto da Rocha; (*Palmas.*)

E o nosso Secretário em exercício de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, representando a nossa Ministra, o Sr. Dr. Flávio Bettarello. (*Palmas.*)

Convido todos a, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional do Brasil.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como já nominamos a todos, vamos tentar ser um pouco objetivos, até porque o meu discurso está muito longo.

Então, eu quero aqui cumprimentar, em nome do General de Brigada Pedro Paulo, todo o Exército Brasileiro; cumprimentar também o Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, em nome de todos os médicos veterinários do Brasil, já que ele é o Presidente do nosso Conselho Federal de Medicina Veterinária; e o nosso pouco experiente, ainda jovem Dr. Milton Thiago de Mello.

O microfone estava totalmente fora? Eu vou repetir então.

Quero cumprimentar aqui, em nome do General de Brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio e em nome de todo o Exército Brasileiro, todos os profissionais, já que o Exército Brasileiro tem ainda, dentro da sua corporação, muitos companheiros médicos veterinários e tradição na cavalaria. Quero cumprimentar aqui, em nome do Conselho Federal de Medicina Veterinária, o Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, em nome de todos os médicos veterinários do Brasil; e o Dr. Thiago de Mello, esse jovem que está aqui ao meu lado.

Quero aqui dizer que, em um país de dimensões e desafios tão superlativos quanto os nossos, a épica jornada que transformou milhões de quilômetros de terra hostil em uma das maiores



potências agrícolas do Planeta somente poderia ter sido protagonizada por pessoas fortes, determinadas e devotadas. São simplesmente incontáveis os exemplos de heróis que, ao longo de nossa história, dedicaram as suas vidas a construir as condições para que essa revolução se consumasse.

É em boa hora, portanto, que nos reunimos para reverenciar tudo que alguns desses homens e mulheres fizeram para que o setor primário se transformasse naquilo que é hoje: o principal vetor do desenvolvimento nacional. Girando e disseminando conhecimento, lavrando a terra ou manejando a criação, pessoas e organizações, como as que ora enalteecemos, quebraram barreiras, geraram oportunidades e produziram muitas riquezas para o Brasil.

Assim, ao homenagear a Medicina Veterinária como um todo, a trajetória das nossas instituições e as biografias de profissionais que simbolizam o esforço de milhares de pessoas, nós estamos, na verdade, reconhecendo o fundamental papel desempenhado na construção do Brasil de hoje, que tanto nos orgulha. Permita-me, portanto, colegas, uma rápida explanação histórica.

A Medicina Veterinária vem de um longo caminho percorrido há milênios. A citação bíblica encontrada no Livro de Gênesis, Capítulo 1, Versículos de 24 a 26, já nos permite vislumbrar o que viria a ser o embrião da Medicina Veterinária, abre aspas: "E disse Deus: 'Produza a terra alma vivente conforme a sua espécie; gado e répteis e bestas-feras da terra conforme a sua espécie; e assim foi. [...] E que o homem domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre o todo réptil que se move sobre a terra'".

A origem da Medicina Veterinária perde-se na mais remota antiguidade, quando o homem começou a domesticar o primeiro animal. Domesticar foi um processo lento e profundo, promoveu mudanças comportamentais morfológicas e fisiológicas, ensejou não somente a posse do indivíduo, mas também das raças. Nessa milenar caminhada, os animais passaram a significar para o homem companhia, alimento, agasalho, transporte, força de tração e também arma de defesa.

Como ciência, a Veterinária teve sua origem em 1762, quando o Claude Bourgelat iniciou em Lyon, na França, o primeiro curso de Veterinária. Aqui no Brasil, à época do descobrimento, os habitantes não criavam animais domésticos. A exuberância da fauna e da flora permitiam uma saudável alimentação. Os primeiros bovinos chegaram ao Brasil a partir de 1534, por Dona Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Sousa, donatário da Capitania de São Vicente. E, no final do século XIX, a produção animal já estava bastante valorizada.

Em 1875, D. Pedro II, em visita à Escola de Veterinária de Alfort, fica vivamente impressionado com a explanação feita pelo Prof. Collin, e volta ao Brasil com o intuito de aqui criar um curso de Medicina Veterinária. Esse sonho se tornou realidade no século seguinte, já no advento da República. O século XX foi promissor para a Medicina Veterinária brasileira: viu nascer os primeiros cursos e os viu multiplicados às centenas; testemunhou também a criação de importantes instituições, a realização de extraordinários projetos e programas; e assistiu à profissão galgar o alto patamar que ocupa no contexto das atividades laborais, valoroso sustentáculo da economia brasileira.

Cito os principais marcos da escalada da Veterinária no Brasil, no decorrer do século passado, que permitiu adentrar ao terceiro milênio em nível idêntico àquele dos países mais evoluídos do mundo.

Em 1909, foi criada a Diretoria da Indústria Animal, marco histórico para o desenvolvimento da pecuária nacional. Demonstra aí que o Governo Federal sempre esteve atento à importância



socioeconômica da nossa população animal e à necessidade de se qualificar a mão de obra empregada no seu manejo.

Junto às outras medidas adotadas na gênese do Ministério da Agricultura e aperfeiçoadas ao longo dos anos, podemos dizer que o surgimento da diretoria foi um dos embriões da moderna e competitiva produção agropecuária dos dias atuais.

Esta simbiose entre o Estado, os produtores e os técnicos da área é uma das maiores razões pelas quais o agronegócio responde por mais de um terço do Produto Interno Bruto do nosso País. Posso garantir, então, que os 110 anos da Diretoria da Indústria Animal merecem ser comemorados com muito entusiasmo.

Em 1910, foram criadas as duas primeiras instituições de ensino de Medicina Veterinária no Brasil: a Escola de Veterinária do Exército – por isso a nossa homenagem –, criada por decreto em janeiro de 1910 e aberta em 17 de julho de 1914; e também a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, criada através de decreto em outubro de 1910 e aberta em 4 de setembro de 1913.

O nível de ensino instituído no País começou com elevada qualidade, pois contou com a chamada Missão Francesa, formada por professores de Alfort, na época a mais conceituada escola de Medicina Veterinária do mundo. Ambas foram instaladas na cidade do Rio de Janeiro, com sua primeira turma formando-se em 1917.

Já, em 1920, foi criada a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, entidade mãe da profissão no Brasil, que surgiu com o propósito de dar respaldo aos médicos veterinários no desenvolvimento técnico, cultural, social e econômico. Tornou-se o agente catalisador na formação de todas as demais entidades ligadas à Veterinária no País.

Na iminência de completar um século de existência, a sociedade tem-se notabilizado por servir de elo entre as entidades de Medicina Veterinária espalhadas pelo Território nacional, fomentando todos os ramos da profissão e contribuindo para o seu aperfeiçoamento, cumprindo, assim, esse papel institucional. Por isso, a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária foi e segue sendo um farol para o desenvolvimento e a democratização de técnicas que ajudaram a inscrever nossa Nação no rol das referências da área.

Já em 1922, realiza-se o 1º Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, Centenário da Independência do Brasil. Um dos grandes feitos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária foi, e continua sendo, a realização ininterrupta desses eventos. Daquele ano até a presente data, foram realizados 44 CONBRAVETs.

Em 1924, forma-se a primeira mulher médica veterinária, a pioneira Alzira de Souza, que concluiu sua graduação em Pouso Alegre do Passa Quatro, em Minas Gerais. Estamos aqui com o nosso Deputado mineiro, Deputado Estadual, representando aquele Estado tão importante do País.

É importante ressaltar que a atuação feminina na área tem crescido de forma exponencial, sendo comum encontrar atualmente, em muitos de nossos mais de 350 cursos de Medicina Veterinária, contingentes de mulheres tão ou mais numerosos do que os de homens.

A propósito, já que estamos no transcurso do mês dedicado à reflexão em torno do papel feminino na sociedade e a celebrar as suas numerosas e fulgurantes conquistas, eu gostaria de também tecer alguns comentários sobre a força da mulher em nosso segmento. Tal evento precisa ser comemorado.



Além da aguçada capacidade intelectual e dos elevados graus de diligência e comprometimento, as mulheres veterinárias acrescentam sensibilidade à profissão. Por isso, a interação cada vez mais frequente entre homens e mulheres veterinários tem sido produtora para ambos e extremamente vantajosa para toda a nossa sociedade.

Rogo que as autoridades possam perceber esses benefícios e adotar medidas que catalisem ainda mais esse processo.

Por sinal, em um momento no qual são questionados os limites e o desempenho do Estado na formulação e execução das mais diversas políticas públicas, cabe rememorar o papel desempenhado pelas distintas estruturas de poder no que tange ao fortalecimento da profissão e ao suporte dado ao setor.

Em 1933, como reivindicação da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, na época presidida por Américo Braga, e graças à forte atuação do Médico Veterinário Guilherme Hermsdorff, foi editado o primeiro diploma legal regulamentador da Medicina Veterinária. Trata-se do Decreto 23.133, de 9 de setembro de 1933, firmado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Agricultura Juarez Távora, Patrono da Veterinária Brasileira.

Em 1968, outra grande conquista foi a criação do Conselho Federal de Medicina Veterinária e dos conselhos regionais no nosso País. O marco inicial para se galgar este objetivo remonta ao VI Conbravet, realizado em Curitiba, lá no Paraná, em dezembro de 1953, com a aprovação de uma moção de autoria de Paschoal Mucciolo. A ideia evoluiu e, 15 anos depois, graças ao empenho do Deputado Sadi Bogado, foi sancionada a Lei 5.517 pelo Presidente Costa e Silva. E foi durante o VI Conbravet, realizado em Niterói, Rio de Janeiro, em dezembro de 1968, que isso aconteceu. A ocasião remonta uma memorável sessão plenária, presidida por Ubiratan Mendes Serrão, então Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, eleita e empossada a primeira diretoria do Conselho Federal de Medicina Veterinária, presidida por Ivo Torturella, ambos de saudosa memória.

Em 1977, começou a partida em busca da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, com a criação do primeiro sindicato da categoria: o Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná. A partir daí, novos sindicatos vão surgindo nos Estados. Todo o esforço foi coroado de êxito com o recebimento da Carta Sindical, em 4 de março de 1968, que permitiu a instalação da Federação Nacional dos Médicos Veterinários.

Fortalecendo e consolidando esse conjunto de entidades, passaram a ser organizadas as associações de especialistas, entidades importantíssimas por congregar colegas das múltiplas especialidades da nossa profissão. Impossibilitado de citá-las todas pelo risco de omitir alguma, citarei a maior e a mais forte delas, esperando que as demais se sintam também homenageadas. Quero aqui citar a Associação de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais, a nossa fortíssima Anclivepa.

Quero destacar ainda outra instituição celebrada neste evento, a Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet), que foi criada em 1983, precisamente no dia 9 de setembro, 50 anos depois da primeira regulamentação. Ocupa-se de temas técnicos e científicos, tendo no escopo sua atuação uma permanente preocupação em defender e valorizar a profissão do médico veterinário, a qual tenho em meu currículo como nobre graduação.

A academia se configura assim como um bastião na defesa dos interesses da classe, mas também como um espaço para difusão dos feitos do setor e seus impactos positivos no desenvolvimento nacional. Deixei-a, de propósito para os comentários finais, não somente por ser



membro, com muita honra não só para mim e, claro, para todos que compõem essa confraria, mas porque a ideia dessa solenidade nasceu em uma memorável reunião realizada na residência do Prof. Dr. Milton Thiago de Mello, Presidente da Academia, no dia 5 de fevereiro deste ano, quando o anfitrião festejava o seu 103º aniversário – tomando, como ele faz todo dia, uma pequena dose de uísque, para não exceder.

Lá estavam presentes membros da academia, representantes da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, do Conselho Federal de Medicina Veterinária e também da Anclivepa. Ali surgiu a ideia da convocação desta sessão solene em comemoração dos 110 anos da Diretoria da Indústria Animal, 95 anos também da formatura em Medicina Veterinária no Brasil da primeira mulher, com homenagem às diversas entidades de classe.

Sem qualquer cabotismo, mas já que sou membro daquela casa, afirmo que a Abramvet cumpre esses relevantíssimos papéis sempre com muito desprendimento. Como eu disse no dia da minha investidura, acredito que estamos adentrando uma quadra de possibilidades ainda mais generosas para os profissionais da área e para o País como um todo.

Em função disso, a academia tem refinado as suas discussões com vistas a ofertar perspectivas e soluções novas para os homens e mulheres que queiram construir a Medicina Veterinária e o Brasil do futuro.

A Medicina Veterinária brasileira vive um momento de singular dinamismo e grandes conquistas. Sabemos, Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, na condição de Presidente, que tais conquistas são, muitas vezes, coletivas e anônimas, mas isso não nos impede de focalizar alguns rostos mais proeminentes com vistas a sintetizar as manifestações de apreço deste Congresso Nacional e também da população que ele representa.

É por isso que destaco o nome de Milton Thiago de Mello, uma pessoa incrível a quem muito admiro. (*Palmas.*)

Graduado pela escola de veterinária do Exército, em 1937, e tendo obtido o doutorado junto à Escola Nacional de Veterinária, em 1947, o nome do Professor de Mello é mundialmente conhecido tanto pelo vasto saber acumulado quanto por sua infatigável disposição para trabalhar e compartilhar esse conhecimento com todos.

Lembro que ele trabalhou para organizações de quilate do Instituto Oswaldo Cruz, prestou consultoria para diversos organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde, OMS, e também a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO, e ainda lecionou em centros de renome, entre os quais a Universidade Federal de Brasília, UnB.

E, agora, aos 103 anos, o Dr. Milton goza de plena saúde, lúcido e muito produtivo, sendo autor de inúmeros livros e de mais de 150 trabalhos científicos.

O Professor Mello também toma assento em mais de 30 sociedades técnicas e científicas, locais, aqui no Brasil, e também internacionais, em que continua proclamando a excelência da produção brasileira de alimentos e destacando a relevância da veterinária, da agronomia e da zootecnia para a preservação e o aprimoramento dessa condição.

Homenageamos também – e fazemos questão de homenagear – a mulher veterinária brasileira, na figura da Dra. Alzira de Souza, primeira mulher diplomada em veterinária, que, nesta sessão, receberá uma placa em sua homenagem, estando representada pela Dra. Rosália Meireles de Souza Rocha, para perpetuar a memória dessa pioneira da medicina veterinária brasileira.



Em função de tudo o que expus nesta sessão, que se reveste de profundo simbolismo para todos os que militam na área, quero aqui trazer também, claro, o meu entusiasmo e a minha satisfação, em um evento que revela todo o seu senso de oportunidade.

Esta Casa retrata um Brasil que prospera em virtude da competência e da predisposição para o trabalho daqueles que lidam no campo, em particular dos nossos médicos veterinários. Mas, claro, queremos saudar aqui também todos aqueles colaboradores da nossa produção, até o peão, que, às vezes, está lá na fazenda e que tem um trabalho fundamental para que possamos desenvolver a nossa profissão, os nossos auxiliares técnicos, enfim, todos aqueles que estão a nos ajudar no dia a dia.

Mesmo com a premência do tempo, este encontro também nos permite perceber que o sucesso do agronegócio está umbilicalmente ligado ao trabalho desses profissionais e que o êxito deles, por sua vez, decorre de uma combinação única de suor, conhecimento e também, claro, paixão.

No campo ou na cidade, tratando de pequenos animais domésticos ou supervisionando rebanhos monumentais, os médicos veterinários contribuem para o progresso material e para a coesão social do nosso País.

Há mais de um século, eles vêm aplicando – e aí eu quero me incluir –, nós estamos aplicando diariamente uma injeção de ânimo nas nossas veias.

Senhoras e senhores, graças à veterinária, o Brasil caminha e caminha bem; porém, na nossa autocrítica, sabemos que precisamos avançar mais, ocupar os espaços e confirmar a realeza da ciência médica que se dedica à prevenção, ao controle, à erradicação, ao tratamento de doenças, aos traumas ou a qualquer outro agravo à saúde animal, além de atuarmos no controle da sanidade dos produtos e subprodutos de origem animal para o consumo humano. Porque, pelos nossos diagnósticos, de pareceres e de cuidados precisa a saúde pública de todo o povo brasileiro.

E quero ainda registrar – depois vamos registrar outros nomes que aqui se fazem presentes – que me ligou há pouco o Ministro Onyx Lorenzoni, que estava com uma programação agendada para estar aqui conosco, mas, infelizmente, dado ao cargo que ocupa hoje como Chefe da Casa Civil, o que honra a todos nós... Eu quero, então, em nome do Deputado e Ministro Onyx Lorenzoni fazer também uma homenagem a todos aqueles que estão na atividade política, representando a nossa classe e estimulando a todos aqueles que estão lá no campo, no contato com as pessoas, para que possam, além de promover a nossa profissão, claro, ter uma participação na vida política, principalmente nesse momento em que o Brasil vive, de novas oportunidades, momento de discussões afloradas, mas, claro, momento também que acreditamos ser de muitas oportunidades, principalmente para as nossas futuras gerações.

Portanto, quero aqui agradecer a todos e convidar o nosso primeiro orador inscrito, o Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, Estado vizinho do Estado de Mato Grosso.

Quero registrar conosco a presença do Senador mais jovem do Brasil, Irajá Abreu, ele é Estado de Tocantins, Estado vizinho do nosso Mato Grosso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar.) – Senhoras e senhores aqui presentes, muito bom dia! Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal. Minha saudação e minhas homenagens ao Presidente e requerente desta sessão comemorativa, Senador Wellington Fagundes. Minhas homenagens ao representante do Comandante do Exército Brasileiro, General-de-Brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio, ao Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida; ao



Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, Dr. Milton Thiago de Mello, que, na juventude dos seus 103 anos, nos dá a honra da presença conosco neste dia tão especial; ao Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Dr. Luiz Carlos Rodrigues Cecílio, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Sr. Josélio Moura; ao Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, José Pinto da Rocha; ao Secretário em Exercício de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Flávio Bettarello; em nome do Dr. Hélio Blume, saúdo a todos os médicos veterinários; em nome da Sra. Rosália Meireles de Souza Rocha, saúdo todas as senhoras aqui presentes.

O médico veterinário tem a responsabilidade de aumentar a produtividade dos rebanhos e, conseqüentemente, a geração de alimentos, disponibilizando proteína animal em escala condizente com a necessidade mundial. Para oferecermos alimentos em qualidade e em quantidade, faz-se necessário um acompanhamento desse produto desde o início de sua cadeia produtiva até a sua industrialização, envolvendo a transformação da matéria-prima em alimento, seu armazenamento, comércio, até o consumo.

Para ilustrarmos a importância profissional do médico e da médica veterinária para o Brasil, temos em nosso País um rebanho de 215 milhões de cabeças, com uma produção de leite, em 2017, de 33,5 bilhões de litros. Na avicultura, o Brasil tem mais de 1,4 bilhões de cabeça, e o rebanho suíno está em cerca de 42 milhões de cabeças.

Hoje, merecidamente, estamos comemorando os 110 anos da criação da Diretoria de Indústria Animal, os 36 anos de Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet), com destaque especial ao seu Presidente, Prof. Dr. Milton Thiago de Mello, os 99 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária e homenageando a primeira médica veterinária diplomada no Brasil, a Dra. Alzira de Souza.

Esse processo de organização dos procedimentos técnicos e de pesquisa, fiscalização e industrialização dos produtos, difusão de conhecimento através da assistência técnica, coloca em nossas mesas todos os dias o alimento que comemos, coloca o nosso País como um dos maiores produtores e exportadores de proteína animal do mundo, gerando milhões de empregos aqui, no Brasil e divisas, através da exportação.

Nós, do Parlamento, e a população brasileira agradecemos sempre aos médicos e às médicas veterinárias. Esta homenagem é para lembrarmos aqueles que iniciaram esse brilhante trabalho de organização da ciência, da tecnologia e propiciaram avanços de produção, produtividade e qualidade, transformando o Brasil em excelência mundial no setor de proteína animal.

Obrigado, médicos e médicas veterinárias, em especial o Presidente Prof. Dr. Doutor Milton Thiago de Mello e a Dra. Alzira de Souza, que, na condição de primeira mulher médica veterinária diplomada no Brasil, demonstrou, em sua carreira, que a vocação e a vontade vencem sempre os desafios.

Muito obrigado. Saudação a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – No exercício da Presidência, gostaria de convidar o Secretário em exercício de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Flávio Bettarello, para usar a palavra. Qualquer uma das tribunas está à disposição.

O SR. FLÁVIO BETTARELLO – S. Exa. Sr. Senador Wellington Fagundes, Presidente desta sessão, na pessoa de quem saúdo todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes



e também os demais Parlamentares; S. Exa. o General de Brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio, representando aqui o Comandante do Exército, na pessoa de quem saúdo todos os amigos das Forças Armadas – permita-me mandar um abraço especial aos amigos do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, Dragões da Independência, onde eu monto e onde há uma equipe de veterinários muito qualificada –; Sr. Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida, na pessoa de quem saúdo todas as médicas e médicos veterinários do Brasil; S. Exa. Samuel Sheefeni Nuuyoma, Embaixador da República da Namíbia no Brasil, na pessoa de quem eu gostaria de cumprimentar todos os membros do corpo diplomático que aqui nos honram com sua presença; Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, Sr. Milton Thiago de Mello; Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Luiz Carlos Rodrigues Cecílio; Sr. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Dr. Josélio Moura, na pessoa de quem saúdo todos os meus colegas do Ministério da Agricultura – Dr. Josélio foi nosso Secretário de Defesa Agropecuária; e também gostaria de saudar especialmente a nossa carreira dos auditores fiscais federais agropecuários, que contam, em seus quadros, com médicos e médicas veterinários de excelência –; Sr. Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, José Pinto da Rocha; e senhoras e senhores presentes, como os senhores sabem, a Ministra Tereza Cristina se encontra hoje nos Estados Unidos, em Washington, acompanhando o Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, e, obviamente, dentre os temas que ela tratará nessa visita, encontram-se temas sanitários. Então, aproveitarei essa deixa e, fazendo um pouco essa ligação com as minhas responsabilidades dentro do Ministério da Agricultura, eu gostaria aqui de cumprimentar as contribuições na Medicina Veterinária para as relações internacionais do Brasil.

Os nossos quadros de médicos e médicas veterinários certamente conferem tranquilidade ímpar para os nossos negociadores, pois as nossas ações, no plano internacional, são sempre baseadas nos maiores princípios científicos. Nesse contexto, nossos médicos e médicas veterinários nos permitem adotar uma postura de fortalecimento das organizações internacionais que regulam a matéria, como a OIE (Organização Internacional de Saúde Animal).

Sempre zelamos pela saúde animal e dos consumidores, mas combatemos, com força, com veemência, quando questões sanitárias são utilizadas como barreiras indevidas ao comércio.

Os nossos médicos e médicas veterinários contribuem, e muito, para que possamos ter uma postura assertiva de acesso a novos mercados, o que é fundamental para o nosso setor privado e produtivo.

Nossos auditores fiscais dentro do ministério e nossos médicos veterinários espalhados por todo o Brasil asseguram os mais elevados padrões de inspeção e sanidade. Isso é fundamental para garantir que a nossa reputação e imagem internacional possam espelhar essa excelência. A tecnologia e a inovação veterinária, pautadas pelo tripé ensino/pesquisa/aplicação também são fundamentais para as incríveis produtividades e competitividades brasileiras que nos colocam entre os maiores do mundo.

Com tecnologia, conseguimos no Brasil o que poucos países conseguem: harmonizar os objetivos fundamentais de segurança alimentar e nutricional, cada vez mais importante num mundo que demanda mais alimentos, e, por outro lado, assegurar a sustentabilidade econômica, sustentabilidade social, renda para as pessoas do campo e sustentabilidade ambiental. Nisso, o Brasil é um exemplo que deve ser seguido, e muitas vezes outros países desconhecem essa nossa



realidade. Então, aqui temos a obrigação de mostrar para os outros países, e, também nesse esforço, as médicas e médicos veterinários são atores indispensáveis.

E, por fim, gostaria de, na pessoa da Dra. Alzira Souza, somar minhas homenagens a todas as nossas médicas veterinárias e mulheres engajadas na agropecuária. As nossas mulheres do campo, as nossas mulheres na indústria, as nossas mulheres nas universidades são verdadeiras heroínas para o nosso progresso no Brasil.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de reiterar o compromisso da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como um todo em seguir trabalhando aqui com esta Casa, com o Senado Federal, com os conselhos de classe, com as Forças Armadas, com todas as senhoras e os senhores aqui presentes e as partes interessadas no Brasil, para seguir construindo um País melhor.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Muito obrigado também ao Dr. Flávio, em nome da nossa Ministra Tereza Cristina, ela que teve o seu avô Governador do Mato Grosso único, Fernando Corrêa da Costa. Portanto, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul dividiram para multiplicar. É o bom exemplo da divisão que deu certo.

Eu quero aqui registrar também a presença do Embaixador da República da Namíbia no Brasil, Sr. Samuel Sheefeni Nuuyoma; do Deputado Estadual por Minas Gerais, o nosso companheiro médico veterinário Cel. Henrique. Gostaria que se levantasse para que seja aqui registrado.

Também agradecemos ao Diretor de Planejamento e Avaliação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco, o Sr. Roberto Postiglione de Assis Ferreira Júnior; também ao Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia – o senhor pode levantar-se, porque fica registrado aqui pela câmera –, Sr. Altair Santana de Oliveira; ao Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Espírito Santo, Sr. Marcus Campos Braun; ao Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina, Sr. Marcos Vinícius de Oliveira Neves; ao Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná, Sr. Rodrigo Távora Mira.

Agradecemos a todos e também ao Presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários, Sr. João Bosco Siqueira da Silva. Está lá ao fundo. O Vice-Presidente do Conselho de Medicina Veterinária de Mato Grosso, Sr. Roberto Renato Pinheiro da Silva, e a Coordenadora de Produção Animal e Defesa Sanitária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Sra. Lilian Figueiredo, que está aqui, na primeira fila.

Queremos registrar, também, a presença do Ministro da Aquicultura e da Pesca no período de 2006 a 2010, o nosso companheiro colega veterinário Altemir Gregolin, e de todos os senhores e senhoras membros do corpo diplomático, enfim, de todos que aqui se fizeram presentes.

Eu gostaria de dizer, como se trata de uma sessão solene, que aqui nós temos os oradores inscritos da Mesa, mas, se algum companheiro quiser fazer uso da palavra, pode fazer sua inscrição aqui.

Queremos convidar para fazer uso da tribuna, representando o Comandante do Exército Brasileiro, o General de brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio.

O SR. PEDRO PAULO LEVI MATEUS CANAZIO – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes, com quem inicio agradecendo a gentileza do convite, sentimo-nos muito honrados por estar aqui, e eu, pessoalmente, representando o Comandante do Exército, General



Leal do Pujol; Sr. Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Sr. Francisco Cavalcanti de Almeida; nosso decano, Prof. Milton Thiago de Mello; o Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Sr. Luiz Carlos Rodrigues Cecílio; o Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, Sr. Josélio Moura; o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários; Sr. José Pinto da Rocha; e o Secretário em exercício de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Flávio Bettarello, na pessoa dos quais eu cumprimento todas as demais autoridades presentes nesta sessão solene.

Eu gostaria, como já disse aqui, de destacar a honra de estar aqui representando o nosso Comandante do Exército, General Leal Pujol, que é oriundo da Arma de Cavalaria. Inclusive, ele, por ocasião da sua passagem de comando recente, no ano passado, lá no Comando Militar do Sul, estava montado, valorizando a tradição do Exército Brasileiro de manter seus equinos, tão tradicionais.

Eu gostaria de dizer aqui que me faço acompanhar de uma representante do sexo feminino, a Ten. Ludmila, que está presente, ali.

Eu pediria para que ela se levantasse, seguindo o exemplo do senhor, para que fosse registrado. Ela serve no Batalhão de Polícia do Exército.

E, como estou destacando também, vejo aqui, tive oportunidade de conversar, pelo menos duas outras representantes aqui, uma fardada, ali atrás da Ten. Ludmila, que é veterinária também – e peço perdão por não lembrar seu nome –, e temos a nossa representante aqui, já na reserva, lá do Ministério da Defesa também, que estava presente aqui, veterinária representando o segmento feminino. Então, nosso destaque a todas elas.

Também saliento que a apresentação que o senhor fez, Senador, já esgotou o assunto. O resumo histórico que o senhor fez foi absolutamente completo, ilustrativo e mostra a importância não apenas histórica, mas atual do agronegócio.

Eu sirvo no Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, e, por lidar com este assunto, nós sabemos da importância da variável científica e tecnológica que nos proporcionou atingirmos o patamar que temos hoje de destaque no agronegócio – é tecnologia. E ouvimos referências claras sobre isso em todos os campos, entre elas, o aumento da produção agrícola sem considerável aumento na área de cultivo. A mesma coisa acontece na parte da pecuária, o aumento enorme de produtividade – isso tudo devido ao emprego da ciência e tecnologia. E os agentes do emprego dessa parte científica e tecnológica são os nossos médicos e médicas veterinárias em todas as áreas que nós temos.

Eu peço ao senhor que me permita, por gentileza, externar o nosso orgulho, a nossa satisfação aqui, por conta de o Prof. Milton de Mello ser oriundo do Exército brasileiro. Eu tive a satisfação de conversar com ele aqui rapidamente. Parece-me que já o conheço há muitos anos. Não vou falar muito, não, porque, senão, eu vou entregar a idade. É uma pessoa fantástica, que entrou no Exército, em 1933 – quase a idade da minha mãe, e ele já estava na atividade. E é uma satisfação enorme, uma honra ter o senhor aqui presente entre nós, com essa lucidez, com esse exemplo, com essa vivacidade e com a história viva na mente para nos brindar com toda a sua experiência. É uma satisfação, uma honra e um orgulho muito grandes para o nosso Exército brasileiro o senhor ter iniciado a sua vida lá e tê-la encerrado em 1968, como Coronel, indo para a reserva, não é? Então aqui o destaque, o nosso orgulho, a nossa satisfação do Exército brasileiro em tê-lo tido nas nossas fileiras – e continua nelas até hoje.



Para fechar, sem me alongar muito, quero rapidamente destacar aqui que a área veterinária do Exército brasileiro também tem a sua importância localizada. Ela não é tão abrangente quanto a parte do agronegócio, mas lá nós temos atividades muito importantes que são relacionadas ao trato de alguns animais de pequeno porte, como cães farejadores de explosivos, de drogas, que são muito utilizados em operações de garantia da lei e da ordem, cães de guerra, que são utilizados em situações de combate, que temos que manter também em condições de uso, como é do papel das Forças Armadas. E também temos a atuação da área veterinária do Exército brasileiro em campanhas de vacinação, na prevenção de zoonoses. Como o senhor muito bem destacou aqui, a saúde animal se reflete diretamente na saúde da população.

Então, mais uma vez, muito obrigado. Sentimo-nos muito honrados, o Exército brasileiro se sente muito honrado com o convite para participação nesta sessão. E os nossos cumprimentos a todas as médicas veterinárias, principalmente, uma vez que estamos no mês das mulheres, e aos médicos veterinários todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Convidamos, então, para fazer uso da tribuna o nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida. Pode fazê-lo da tribuna, ou, se quiser também, pode usar... Pois não.

Dr. Francisco Cavalcanti de Almeida, que é o nosso Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

O SR. FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA – Bom dia a todos!

Senhoritas; senhoras; meus senhores; Parlamentares aqui presentes; meu ilustre Senador Wellington Fagundes, Presidente desta sessão solene, da qual, pela segunda vez, nós estamos participando nesta Casa, representando o Conselho Federal; Exmo. Brigadeiro, General de Brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio, representando, neste ato, o Comandante do Exército Brasileiro; Sr. Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, cuja casa frequento, com muita honra, em longos papos profissionais e humanitários inclusive, Prof. Milton Thiago de Mello; Sr. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira, meu colega também médico veterinário, Josélio Moura, aqui presente; Sr. Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários, que também é Auditor Fiscal Federal – como a gente o é – do Ministério da Agricultura, José Pinto da Rocha; Sr. Secretário Adjunto de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Flávio Bettarello; é uma alegria estar aqui!

Falar da Medicina Veterinária, neste momento, seria um desafio com o Senador Wellington Fagundes, que, em suas palavras, diz abertamente como começou e como está no mundo a nossa profissão.

O Conselho Federal hoje... São dados que nós devemos acrescentar: comemoramos em 2018 os nossos 50 anos da Lei 5.517. E essa comemoração, Senador, termina agora no dia 23 de outubro de 2019, quando se pretende concretizar alguns eventos.

Hoje, nós estamos aí com mais de 161 mil profissionais registrados na nossa entidade. Eu, com orgulho, destaco o sexo feminino, que hoje já representa 57% desse efetivo. É aquilo que a gente fala: a mulher comanda. E aí está a prova do comando da mulher sobre os homens, Senador.

Falo assim porque em minha casa quem comanda é a mulher. Eu apenas obedeço. E, se não obedecer com dedicação, eu estou excluído. Deve ser assim a médica veterinária no seu dia a dia, certeza eu tenho.



Importante é para um profissional que ele se dedique com amor. Ser veterinário é amar, amar a todos, principalmente àqueles que nos olham com carinho, mas não têm o direito de falar. E esta é a nossa missão, falar por eles, conduzindo-os ao seu bem-estar, não importa a raça, não importa o gênero; todos iguais.

Há profissionais que se destacam no reino animal, no seu dia a dia, no seu trabalho, no seu planejamento, na sua dedicação, na sua sabedoria e, por que não dizer, até na sua garra em levar à sociedade a firmeza, a ética profissional.

Há aqueles que se dedicam mais ainda, na pesquisa, estudando algumas enfermidades que são caracterizadas como grandes zoonoses – entre elas a brucelose – e, mais ainda, algumas enfermidades que passaram, como a peste bubônica.

E há aqueles que continuam a sua vida traçada com amor: quando jovem ainda, dedicou-se ao estudo de primatas, lá, no Amazonas, vivendo até em aldeias indígenas, mostrando para aqueles homens a importância da Medicina Veterinária. E continua tão jovem quanto hoje, nos seus ensinamentos continuados, demonstrando sempre a sua sabedoria, o seu valor e o seu amor à sua família e aos animais. Comentar sobre ele é elaborar um tratado que, tenho certeza, seria um *best seller*.

Hoje, ele, aqui presente, 103 anos, tão jovem quanto muitos de 20 ou muitos de 10. Refiro-me ao Prof. Dr. Milton Thiago de Mello. Parabéns! Você é um orgulho de nossa profissão. Você será eternamente um mestre, lembrado para sempre, Professor Milton de Mello. Meu respeito, minha admiração!

Hoje, estou completando meus 81 também e, se Deus quiser, eu vou chegar lá, porque você, Milton de Mello, me transmite essa alegria e esse vigor de viver cada vez mais em benefício de nossa profissão.

A Medicina Veterinária avança galopantemente. Olhem, hoje, nós com 370 cursos presenciais. E agora o MEC inventou de autorizar o EAD. Já são 13 cursos autorizados no Ensino a Distância. E é a nossa briga hoje: eliminar isso. Estamos batalhando, tanto que baixamos a Resolução 1.256, proibitiva. E já me questionaram, Senador: "Tem amparo legal?". Não sei.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA – Não sei. É a Justiça que vai dizer. Avançamos tanto que, em 2018, estivemos aqui nesta Casa recebendo uma declaração da OIE: Brasil livre de febre aftosa com vacinação. Que alegria! Fomos todos nós. E o produtor rural tem o seu papel fundamental neste feito. E o segmento PET, no ano passado, com um avanço de 12% e um faturamento de US\$19 bilhões. Olhem que beleza! Isso é a Medicina Veterinária.

E aqui eu agradeço aos meus colegas Presidentes de regionais presentes, sempre conosco nesta luta, nesta batalha de valorização de nossa profissão, como Santa Catarina, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Distrito Federal, aqui conosco, elogiando e participando da nossa visão de que o médico veterinário é uma profissão sábia, muito sábia.

Senhoras e senhores, muito obrigado. Senador, muito obrigado pela oportunidade de aqui representar a nossa profissão e o nosso Conselho Regional.

Não poderia me esquecer de mencionar o nome do Gregolin, que, como Ministro da Pesca e Aquicultura, nos recebeu em seu gabinete. E nós discutimos muito sobre a inspeção e a defesa sanitária.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Convidamos para também fazer uso da palavra, podendo ser da tribuna ou aqui à mesa, o Dr. Josélio Moura, que é Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

O SR. JOSÉLIO MOURA – Exmo. Sr. Senador Wellington Fagundes, Presidente desta sessão solene especial do Senado Federal, nós estamos comemorando não simplesmente datas importantes da Medicina Veterinária, nós estamos comemorando neste momento a estabilidade do País, a estabilidade política, em consequência, por haver a estabilidade econômica e social.

O Brasil foi, durante muitos anos, importador de alimentos, até os anos 70. Com o segundo PND, veio uma expressão interessante: "gerar excedentes exportáveis", mas hoje o Brasil está cumprindo a sua vocação natural de supridor mundial de alimentos, e a agricultura é o único setor da economia brasileira que tem balanço positivo em pagamentos com o exterior, o único setor. O turismo é negativo, a indústria é negativa e assim todos eles.

E a agricultura produz não somente para o consumo interno de 200 milhões de habitantes, mas para suprir o mundo, gerando o confortável saldo na balança de pagamentos. Essa é a realidade de hoje.

E havendo alimento suficiente, equilibrando as contas públicas, logicamente isso vai dar o conforto para a estabilidade política do País. Imaginem os senhores aquele quadro de anos pretéritos em que a Avenida Paulista tinha 2 milhões de brasileiros clamando por mudanças no País, não somente na Avenida Paulista, mas em todas as capitais, Vitória, Rio de Janeiro, Salvador etc. Imaginem esse povo com fome no que resultaria?! Então, nós somos responsáveis também pela estabilidade política deste País, Sr. Senador.

Ademais, dentro das datas comemorativas, no belíssimo discurso do Senador Wellington, houve a visita de D. Pedro II à França, que resultou na vinda da missão francesa já no advento da República. A missão francesa no Brasil foi importante, porque nos ensinou que não se deve conviver com coisa ruim – quer dizer, não se deve conviver com doenças, com enfermidades – e nos ensinou a erradicação.

O mundo passou 300 anos para erradicar a Rinderpest, considerando o marco de 1711, com documento científico do Dr. Lancisi, que era conselheiro do Papa Clemente VI. Ele fez o primeiro documento científico sobre a Rinderpest e levou 300 anos, até 2011, quando eu estava presente em Paris, onde foi anunciada a primeira erradicação de enfermidade animal no mundo.

E essa cultura da missão francesa nos propiciou a criação do ensino veterinário, tanto o ensino civil, através da Escola de Veterinária, que hoje é a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como a Escola de Veterinária do Exército, a cujos Comandante e representantes faço a homenagem.

Sobre a presença da veterinária nas Forças Armadas, logicamente, o que está visível são os cavalos e os cães de guerra, mas, acima de tudo, há um outro aspecto importante que hoje preocupa o mundo: a questão do bioterrorismo.

Numa conversa que nós tivemos – o Prof. Milton é testemunha, assim como o Coronel Milton, que está ali, presente, e também é testemunha –, eu falei para o grande General Villas Bôas, o grande homem deste País: podemos destruir toda uma brigada sem dar um tiro sequer, somente com a contaminação do ar, da água ou dos alimentos.

E essa deve ser uma preocupação não somente das Forças Armadas, mas também da comunidade brasileira como um todo. Daí a importância da veterinária nas Forças Armadas.



Mas o Brasil teve um divisor de águas, que foi o final da década de 60, quando se implantou o Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. Em dois Estados, Bahia e Minas Gerais, já se falava em erradicação da doença, com a criação do Gefab. Aproveito para fazer homenagem ao Dr. José Conceição, que foi um dos primeiros dirigentes do Gefab, e ao Altair, que, já em sequência, foi Diretor-Geral da Adab, o companheiro do Ministério que hoje dirige...

A Bahia começou a falar em erradicação, seguida por Minas Gerais. Às vezes, a gente, como baiano, tranquilo, recebia até gozação: "Pô, o baiano agora já quer erradicar a aftosa", que, àquela época – e o número que eu vou dizer aqui não é verdadeiro, porque não havia um registro sistemático como há hoje –, tinha 30, 40 ou 50 mil focos.

A criação da Secretaria de Defesa foi um outro marco. Aí, sim, havia 12 mil focos identificados em 1977. Quando passei pela Secretaria – aliás, o primeiro Secretário foi o José Alberto da Silva Lira, também com a mesma mentalidade –, ao final dos anos 85, 86, antes do final da década, o Brasil já não tinha mais foco de febre aftosa ou então focos esporádicos.

Mas, nesse período, ainda sob a inspiração da missão francesa, nós erradicamos a peste suína africana do Brasil. Em três anos, já não havia mais focos, e passamos mais dois em vigilância permanente.

Essa enfermidade, agora, está espantando o mundo, porque a Rússia tem foco de febre aftosa e todos os países limítrofes da Rússia, inclusive a China. E, agora, há questão de três semanas, chegou à Bélgica, o coração da Europa econômica, a dez quilômetros da fronteira com a França.

Quer dizer, o Brasil tem na sua veterinária a grande responsabilidade. E, agora, no ano passado, a gente recebeu a certificação País Livre da Febre Aftosa. Esse é um grande passo, porque vai consolidar ainda mais o Brasil como o grande exportador mundial de alimentos.

É preciso que o Ministério da Agricultura tenha uma nova visão, uma nova mentalidade, inclusive nos seus serviços veterinários, prestigiando e dando os recursos necessários, para que, de uma forma direta, e não através de intermediários, possa garantir ao povo brasileiro que os produtos que serão consumidos e que chegarão à mesa do brasileiro tenham as condições higiênicas, sanitárias e tecnológicas adequadas. E também para que a gente possa garantir ao exterior que os produtos que são exportados são hígidos e de qualidade superior.

Nós estamos numa fase muito interessante no Ministério da Agricultura.

E eu queria, Sr. Senador,...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉLIO MOURA – ... para concluir, aproveitar esta oportunidade: aqui é a Câmara Alta do Parlamento brasileiro, é a Casa do Parlamento, e o Parlamento é onde se usa o verbo. É preciso que aqui se use bastante o verbo, para que vá ressonar do outro lado da rua, no Planalto ou no Ministério da Economia, para que o verbo, daqui, gere as verbas necessárias que a agricultura precisa, para continuar com a sua vocação de supridor mundial de alimentos.

Esta é a nossa missão: trabalhar com seriedade, garantir ao povo alimentos de qualidade, e, assim, com certeza, o Brasil dará um segundo salto nas exportações mundiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E peço ao companheiro, o Secretário de Relações Internacionais e Comércio do Ministério da Agricultura, que leve à Ministra o nosso apreço, a nossa admiração e a certeza de que o Ministério está em boas mãos e irá para frente.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Queremos também registrar a presença do Dr. Cristovam Zepeda, médico veterinário, Conselheiro Agrícola da Embaixada dos Estados Unidos da América. Quero também registrar também que um grupo do Instituto Legislativo Brasileiro, do ILB, um grupo do programa Formação Gerencial, esteve conosco aqui e é conduzido pela Mariana Tavares, ex-Coordenadora de Visitação, que também estava aqui conosco. Quero também registrar aqui a presença do Dr. Castilho, que foi membro titular – se quiser, pode se levantar – da Comissão Permanente do Bem-Estar Animal do Ministério da Agricultura e hoje é Chefe de Gabinete da Liderança do PROS, com quem sempre tivemos um trabalho conjunto, ali no Ministério, e sempre também com o Ministro Blairo Maggi, fazendo um grande trabalho para o engrandecimento da nossa profissão.

Eu quero aqui também cumprimentar o Dr. Alexandre Magalhães Ornelles, que é médico veterinário e auditor fiscal do Ministério da Agricultura, que também tem atuado em docências no agronegócio. Então, ficam aqui também os nossos cumprimentos.

Eu gostaria de convidar o Deputado Estadual de Minas Gerais, que veio aqui nos prestigiar, ele que também é colega, o Coronel Henrique, do PSL.

O SR. CORONEL HENRIQUE – Exmo. Sr. Senador da República Wellington Fagundes, que preside esta sessão, em nome de quem eu cumprimento os demais Senadores, Parlamentares e autoridades presentes; Exmo. Sr. General de Brigada Pedro Paulo Levi Mateus Canazio, nesta ocasião representando o nosso Comandante General de Exército Edson Leal Pujol, meu comandante na Academia Militar das Agulhas Negras, escola em que eu tive a honra de servir durante 23 anos da minha vida, formando os jovens cadetes de Caxias; prezado Cel. Veterinário Milton Thiago de Mello, da turma de 1937 da nossa escola pioneira de medicina veterinária no Brasil, em nome de quem eu cumprimento das demais autoridades e médicos veterinários presentes nesta sessão solene; minhas senhoras e meus senhores, eu não poderia me furtar, neste momento, como o único médico veterinário Deputado Estadual na Assembleia Legislativa de Minas e como primeiro Coronel do Exército Deputado Estadual na história de Minas Gerais, em fazer uso da palavra em sessão solene tão importante, tão singela como singelas são as coisas dos militares.

Digo que, neste momento, prezado Cel. Milton Thiago de Mello, gostaria aqui também de citar o Ten. Cel. Médico João Muniz Barreto de Aragão, patrono da medicina veterinária brasileira – apesar de médico humano –, responsável pela criação da primeira escola de medicina veterinária do Brasil, a nossa Escola de Veterinária do Exército, homem que carregou na sua história o heroísmo e o protagonismo de ter introduzido no Brasil essa profissão tão bela e tão cara para todos nós. Neste momento de mudanças no nosso Brasil, de mudanças institucionais, como bem disse o Dr. Josélio nesta tribuna, em que, com estabilidade social, nós, médicos veterinários, cooperamos através da produção de alimentos que mantém ainda a nossa sociedade mais equilibrada. Cito aqui também as palavras que vi no vídeo do nosso Ministro Onyx Lorenzoni, médico veterinário, tão bem citado pelo nosso Senador, o nosso papel importante como profissionais da saúde única, preservando a relação indissociável entre a saúde humana, entre a saúde animal e entre a saúde ambiental.

Eu, hoje, sou Presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria na Assembleia Legislativa de Minas, fruto do meu currículo como médico veterinário. Em negociações, em conversas naquela Casa, eu, como único técnico da área, me coloquei à disposição daquela assembleia e fui eleito Presidente. Certamente, eu a considero a mais importante comissão



temática de Minas Gerais, um Estado com 853 Municípios. E eu já tive a oportunidade de comentar aqui que as nossas Minas Gerais são muitas minas diferentes – o norte é diferente do sul –, com um potencial enorme do nosso agronegócio. E, como médico veterinário, naquela Casa, tenho certeza de que conseguirei contribuir, General Canazio, não só com o meu papel de médico veterinário, mas também levando a minha experiência e a minha formação como militar, como coronel do Exército brasileiro. Certamente, a minha formação profissional, o meu amor ao Brasil e o amor ao meu Exército permitirão que eu leve um pouco dos nossos exemplos de ética, de respeito com a coisa pública e, principalmente, a pronta resposta de que o Brasil tanto precisa.

Eu tenho comentado que o Brasil tem pressa, Minas Gerais tem pressa. Nós precisamos resgatar todos os valores que, durante tanto tempo, ficaram um pouco esquecidos ou relegados a segundo plano na nossa sociedade.

Certamente é um momento de festa, é um momento de alegria encontrar aqui também antigos amigos, e, em nome da Coronel Veterinária Beatriz, minha colega de turma no meu curso de formação de oficiais no Exército – com quem, durante tantos anos, militamos na Academia Militar das Agulhas Negras –, presto minha homenagem, neste mês de março – dia 8 de março foi o Dia Internacional da Mulher –, às mulheres, ressaltando também sua presença tão importante, como homenagem, nesta sessão solene.

Encerro as minhas palavras agradecendo ao Senador Wellington Fagundes por essa lembrança tão importante para a nossa classe. E quero dizer que os médicos veterinários estão preparados para enfrentar os desafios que o novo Presidente da República nos apresentou, como o de projetar o nosso Brasil não como um país do futuro, mas como um país do presente, para que possamos projetar a nossa imagem no cenário internacional.

Agradeço. Muito obrigado.

Brasil acima de tudo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Com a palavra nosso Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, Dr. Milton Thiago de Mello.

O SR. MILTON THIAGO DE MELLO – Meus senhores; Exmo. Senador Wellington Fagundes, meu prezado colega da Academia Brasileira de Medicina Veterinária; prezados componentes da Mesa; General, representando o Comando do Exército; prezado amigo de vários anos, Josélio de Andrade Moura; prezado Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Presidente também da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

A grande vantagem de falar por último, como eu pedi, é diminuir o tempo da minha fala. A maioria das coisas, dos assuntos que eu pretendia abordar, já foi abordada aqui.

Eu queria apenas ressaltar que, no próximo ano, a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária vai completar um século de vida, e, deste século de vida, eu participei 85 anos. Desses 85 anos, eu vi a roda rodar várias vezes. O meu sonho agora é fazer um grande documento da polarização da civilização: esquerda/direita, Polo Norte/Polo Sul, amor e ódio, coisas desse tipo.

Nessa retrospectiva brilhante que o nosso colega Wellington fez da Veterinária brasileira, não cabe praticamente mais nada, mas vamos ver algumas coisinhas que devem ser ressaltadas. Por exemplo, a homenagem à Dra. Alzira.

Onde se formou a Dra. Alzira? Numa escola que quase ninguém menciona, que foi uma das primeiras escolas de Veterinária do Brasil, a escola de Pouso Alegre. Um veterinário, um indivíduo



que já era dentista, resolveu fazer uma escola de Veterinária lá, ampliando sua clínica dentária. E, depois, essa pessoa foi o líder absoluto da inspeção de carnes no Rio de Janeiro.

Nessa escolinha, que depois desapareceu, formaram-se dois grandes vultos da Veterinária brasileira, que foram Adolpho Martins Penha, um dos maiores veterinários que o Brasil já teve, fundador da SPBC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), e José Reis, que foi coautor de um tratado, de várias décadas, que ainda hoje é de consulta obrigatória, o *Tratado das Doenças das Aves*.

Bom, outro ponto que eu queria ressaltar está relacionado com o fato de que, antes de os primeiros veterinários se formarem, logo depois da Proclamação da República, um pioneiro, criador, resolveu fazer a Sociedade Nacional de Agricultura, que existe até hoje e com a qual a Academia Brasileira de Medicina Veterinária tem um convênio extremamente eficiente. E graças a esse convênio é que estou aqui presente e que nós todos podemos ter, na Academia Brasileira de Medicina Veterinária atual, essas atividades que foram mencionadas não só pelo Senador Wellington, como pelo nosso colega Josélio e pelo nosso colega, o Veterinário militar Henrique, que eu tive a satisfação e o prazer de saber que é um ilustre Deputado Estadual de Minas Gerais – meus parabéns, Henrique! E 23 anos na Academia Militar das Agulhas Negras são praticamente constituir um patrimônio. Eu gostaria de ver sua plaquinha de patrimônio da Aman.

Bom, ainda assim, eu gostaria de mencionar que, antes da primeira formatura dos veterinários brasileiros, o Ministério da Agricultura já havia instituído o que é o símbolo da excelência dos produtos de origem animal do Brasil, o SIF (Serviço de Inspeção Federal), fundado entre 1915 e 1916, quando os primeiros veterinários foram formados, em 1917. Ou seja, nós temos, nesse retrospecto, um passado glorioso.

Há três dias, eu estava numa tribuna mais ou menos como esta, não tão elevada, Senador Wellington, como a que estamos aqui, na presença do máximo da Legislativa brasileira, que é o Senado Federal. Eu não esperava, no fim da minha vida... Aliás, no fim, não; no meio da minha vida... (*Risos.*) (*Palmas.*)

E este meio da minha vida deve-se a essas palmas.

Quando me perguntam qual o segredo da minha longevidade, além das trivialidades médicas, que nunca sigo, para desespero da minha esposa, além do uisquinho da varanda, está a amizade, essa atitude simpática e carinhosa que todos têm para mim.

Mas eu estava – voltando atrás –, há exatamente três dias, numa tribuna como esta, depois de todas aquelas homenagens, de todas as referências, e estava lá uma testemunha ocular da história o nosso prezado acadêmico José Carlos de Andrade Moura, que foi especialmente, segundo ele... Eu tenho a impressão de que ele foi como espião, para ver o que iria acontecer. Mas como é que o Brasil de hoje tem um grupo de cientistas de biotecnologia... Onde? Não é no "Sul maravilha", não é no Rio de Janeiro, não é em São Paulo nem no Rio Grande do Sul; é no Nordeste, com trabalhos de altíssimo nível, tudo liderado por outro acadêmico, o Dr. Nunes.

Bom, nessa ocasião eu fiz – e, com isso, quero diminuir o tempo... Eu poderia, nos meus 85 anos, falar indefinidamente aqui; mas, antes de agradecer a presença dos componentes da Mesa, o Presidente da Sociedade, o Vice-Presidente da Sociedade, o Presidente do Conselho... E quero mencionar que este Conselho Federal de Medicina Veterinária foi que deu origem a todas as atividades atuais, congregando, principalmente, a Academia Brasileira, quando era presidente do Conselho outro acadêmico que está lá, o Dr. René Dubois, que foi quem fez a papelada inicial para a criação da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, da qual estou presidente. E não sou



presidente; estou presidente, porque, como vice – e todos os senhores sabem que o vice é vice... A função do vice, dizia um iconoclasta pior do que eu, que "a ociosidade é a mãe de todos os vices, e não de todos os vícios".

Bom, nessa ocasião, ficou reunida uma plêiade de cientistas do Nordeste. Um foi inaugurar, para que eu falasse, durante uma hora, sobre os cem anos da Veterinária brasileira. Sobre alguns desses anos, nosso prezado colega falou aqui; sobre outros, falou o colega Francisco; sobre outros, falou o colega Josélio; e, sobre outros, falou o representante da Ministra da Agricultura.

Como é que pode ser resumida a vida de cem anos de uma profissão nobre, como é a profissão veterinária, em uma hora? Essa foi a missão que me deram. E eu resolvi cumprir a missão. Segundo os 40 anos que passei no Exército, missão dada, missão cumprida.

E nisso projetei algumas coisas. E, claro, não vou dizer aqui, porém, uma...

(Soa a campainha.)

O SR. MILTON THIAGO DE MELLO – Já posso continuar a falar, Presidente?
(Risos.)

Bom, uma delas é a seguinte: todos aqui que me precederam falaram sobre a importância da Veterinária no Brasil, a importância, inclusive, no PIB brasileiro. Um terço do PIB brasileiro é derivado da agropecuária, na qual, evidentemente, a Veterinária tem um destaque. Porém, a responsabilidade da Veterinária brasileira é muito maior.

Na primeira plenária do Conselho Federal de Medicina Veterinária, sob a presidência do Dr. Francisco, eu lancei esse mesmo repto para a Veterinária brasileira. Além da única saúde mencionada pelo Josélio, com o combate às doenças humanas, animais e ambientais, existe ainda o alimento. Porém, onde está esse aumento da responsabilidade da Veterinária brasileira? No alimentar um mundo faminto.

Espero que esta mensagem vá repercutir não apenas no Parlamento, meu colega Wellington, não apenas no Ministério da Agricultura, não apenas na Veterinária do Exército, no Conselho e na sociedade, mas para os 160 mil veterinários brasileiros, a responsabilidade que têm os veterinários brasileiros de assegurar a produção de alimentos de origem animal em quantidade e qualidade para o mundo. E ainda mais: o Brasil tem esperança... Claro, da mesma maneira que juraram que eu vou até os 120 anos – aos 120 anos provavelmente eu estarei com uma dupla bengala, que será um andador –, a população do mundo está aumentando e vai continuar a aumentar. E ela precisa de comida. E só quem tem capacidade de produzir comida nesta escala planetária, praticamente, para os 10 bilhões de habitantes para o fim do século – no momento, estamos com 7,5 bilhões –, é o Brasil. Embora outros países, como os Estados Unidos; como a União Europeia, como um bloco único, que está de fragmentando agora; como a África, que está sendo comprada pela China para que a China consiga ter seus alimentos também... Queria comprar o Brasil, mas, felizmente, nós não permitimos que a China comprasse o Brasil. No dizer do nosso Presidente atual: "Pode comprar nossos produtos, mas não comprar o Brasil".

Então, essa produção de alimentos é indispensável. A atual produção é um rolo compressor, que desce quase que por inércia de movimento, sem a grande intervenção da maioria da profissão veterinária brasileira. Essa profissão veterinária brasileira tem que se orientar também, principalmente, para a produção de alimentos para o mundo faminto e prever a modificação de hábitos alimentares da proteína nobre de origem animal: do boi para o porco, para o frango – como está no momento – e para o pescado. E peço testemunho do nosso ex-Ministro da Pesca, veterinário, Gregolin para que me apoie neste aspecto de que a próxima proteína é o peixe.



E quero – chovendo no molhado – dizer ao nosso prezado Presidente da Mesa, prezado Senador Wellington, que, lá na terra dele, lá em Mato Grosso, muitos cultivadores de soja já estão transformando a soja em peixe. Por quê? Qual peixe? Tilápia, que é o frango da água. E dizem: "Tilápia é um peixe estrangeiro". Ora, a galinha é um animal estrangeiro. Alguém falou aqui que, em 1500, quando foi descoberto o Brasil, não havia galinha, não havia porco, não havia cavalo, não havia boi; e hoje todo mundo acha que são nativos. Então, essa tilápia, que é frango da água, pode ser cultivada.

Ao sobrevoar agora Fortaleza, ao redor de Fortaleza, há os tanques; mas, lá no Estado de Mato Grosso, alguns cultivadores de soja verificaram que um hectare de soja, se for cultivado com peixe, dá cem vezes mais em dinheiro. De modo, meu prezado colega Wellington, que, se o senhor tem propriedade lá de terra, mude para peixe, saia da soja.

Porém – porém –, o peixe é igual ao cachorro, igual ao gato. Ele precisa, para viver, de proteína – e de preferência proteína animal.

Então, é esse círculo vicioso que eu projetei lá – e espero que o nosso prezado amigo da Champion não me mate quando eu sair daqui. É um círculo vicioso: nós temos o veterinário, temos os proprietários de pequenos animais, simbolizados pelo cachorro e pelo gato, temos a indústria de medicamentos e temos a indústria de rações. E temos a indústria do ensino. Então, isso fica rodando, fica rodando...

Então, eu espero que essa rotação seja ampliada, no caso da proteína animal, para o peixe. Eu não sei quais dos senhores que estão aqui estavam na OIE agora, em maio passado, quando foi dito lá que a próxima comida é o peixe – isso já vínhamos dizendo aqui há muito tempo –, e não o peixe extrativo que acabará com a peixaria do mundo, o peixe extrativo do rio, o peixe extrativo do mar, e, sim, o peixe cultivado. E, para isso, 70% desse peixe cultivado é cultivado na China. E a China, perto de Xangai, tem um grande centro de preparação de gente para o mundo inteiro. Alguns países esnobam a China, o Brasil está pretendendo esnobar a China, mas não é a China... Esse centro é um centro da FAO, é um centro internacional. Visitei várias vezes lá, já mandei algumas pessoas para lá.

Bom, então, eu quero encerrar, meu prezado amigo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Dr. Milton, como Presidente, eu tenho direito de fazer um aparte a V. Exa.

Antes de encerrar, eu queria aqui registrar a presença do Senador Petecão, lá do nosso Estado do Acre, e também do nosso companheiro Senador Lucas Barreto, do Amapá.

Eu não sei se os dois gostariam de falar, mas, principalmente, eu vejo muito os dois aqui, que são de Estados de longe do centro do Brasil, mas próximos do mar. O Senador Petecão está um pouco mais longe ainda, mas a discussão é exatamente na questão da produção de alimentos. Eu vejo muito o Senador Lucas aqui questionar: um Estado que estava ali numa produção de arroz tão imensa, gerando empregos, gerando riqueza para os próprios índios, e hoje, depois de uma intervenção do Estado, decidiu-se por impedir uma produção naquele Estado.

Se V. Exas. depois quiserem usar a palavra...

Mas, antes de o nosso companheiro, esse jovem de 103 anos, Dr. Milton concluir, eu queria aqui também relatar que, nesse evento em que estivemos na casa dele, do aniversário de 103 anos, depois de algumas doses de uísque – porque ele não toma só uma, é importante dizer; ele toma uma todo dia, na festa toma mais do que uma, não é? –, estávamos lá todos nós, fazendo a comemoração...



E eu quero saudar o René Dubois, que aqui está presente, companheiro médico veterinário, exemplo do Brasil. Foi o Prefeito lá na Bahia e Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária por muitos anos.

Mas, voltando ao aniversário do Dr. Milton, eu quis fazer lá uma gravação, uma homenagem. E, ao falar, eu perguntei ao Dr. Milton qual o conselho que ele nos daria...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... dada a sua longevidade. No aniversário de 103 anos, qual o conselho que ele nos daria.

Como foi algo muito marcante, eu vou pedir a ele também: qual conselho ele daria – repetindo o que ele falou lá – para todos aqueles que estão nos assistindo neste momento, em acreditar no Brasil, principalmente na nossa profissão? Somos um País rural, um País que tem realmente capacidade de ajudar e contribuir para que a fome não exista no mundo e, claro, também a fome brasileira, porque existe – e foi falada a questão da proteína animal. Mas, primeiramente, eu gostaria de saber: na longevidade, qual conselho o senhor daria a todos nós?

O SR. MILTON THIAGO DE MELLO – É exatamente o que me perguntam sempre.

Em primeiro lugar, é ter amigos. Aí dizem: "Não, não é possível. Isso é contra a medicina. Ter amigos? E o remédio? E a doença?". Bom, quando houver uma doença séria... Mas ter amigos porque era isso em que não se acreditava antes e que agora a ciência está em cima com relação à longevidade. E, como eu sou longo – nunca sei a pronúncia certa –, como eu sou idoso, eu sou interessado cientificamente no que está acontecendo nesse campo. Verificou-se o que já era sabido há muito tempo: que, se a pessoa tem amigos, ela está num estado de bem-estar. Esse bem-estar é suficiente – tecnicamente, chama-se homeostasia – para que as pequenas agressões físicas não se transformem em grandes agressões. Por exemplo, o ar que estamos respirando não é oxigênio e nitrogênio; é um mundo de micróbios. Esse mundo de micróbios foi um dos objetivos de minhas pesquisas durante muito tempo, foi o meu ganha-pão no estrangeiro. E temos dentro do pulmão uma célula que absorve tudo isso e mata. Se a pessoa está no bem-estar, essas células matam os micróbios. Se não está, as células não aguentam, e o micróbio se multiplica: pneumonia, gripe, pá-pá-pá, pá-pá-pá...

Bom, eu quero terminar, meu prezado amigo, dizendo que o Brasil é a bola da vez mundial, internacional, sob o ponto de vista econômico e total, com a sua mercadoria, que é o alimento. No século XX, a mercadoria foi a energia, representada pelo petróleo. No século XIX, foi a Revolução Industrial, foram as máquinas, cujos estertores estão hoje nos jornais, na saída da Inglaterra da Europa. E os estertores do petróleo estão nas guerras de conquista, etc. É possível que os estertores do alimento lá, daqui a um ou dois séculos... Mas neste ponto até lá o Brasil será a bola da vez com os alimentos.

Meus amigos, eu quero agradecer, aos 103 anos de idade, o carinho com que todos me tratam. Uns seguram por aqui, outros seguram por ali. Eu estava na China, numa ladeira com milhares de degraus, como a Igreja da Penha, e uns chineses vieram de um lado e de outro para eu descer a escada. Eu disse: "Nós vamos rolar até lá embaixo", porque quem já desceu uma escada apoiado nos dois lados não consegue descer...

Quero agradecer a todos esse carinho e, principalmente, ao colega Wellington.

E peço ao General que transmita ao Comandante do Exército os meus agradecimentos e da Academia Brasileira de Medicina Veterinária. Peço que transmita a ele também essa mensagem de



otimismo para o Brasil de hoje, não o Brasil de ontem, para o Brasil de hoje e para o Brasil de amanhã.

Muito obrigado, Wellington. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas eu quero fazer o testemunho aqui ainda: eu pedi a ele o conselho, na nossa relação de vida...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Perguntei: "Dr. Milton, qual é o conselho?". Ele falou: "Olha, eu quero deixar bem claro: eu não dou conselhos, eu dou exemplo, exemplo de vida". Então, está aqui um exemplo de vida para todos nós. Com certeza, na sua vida profissional, na sua vida familiar, na sua vida de ser humano, é um exemplo para todos nós.

Portanto, Dr. Milton, espero que seja esse exemplo do que todos nós aqui temos que fazer no dia a dia, nas transformações do Brasil, principalmente na vida política. Eu já estou aqui há 28 anos, em seis mandatos como Deputado Federal e agora como Senador. Temos vivido muitas crises, crise política em um momento, crise econômica em outro; mas crise política e econômica ao mesmo tempo é recente no Brasil. Então, é exatamente na expectativa, na esperança de que essas transformações... A fé do povo brasileiro, o momento eleitoral, a democracia, que foi exercida na sua plenitude, mas principalmente esta Casa, o Senado, que tem a responsabilidade de ser a Casa do equilíbrio.

E aí eu quero agradecer em nome de todos os Senadores, do Senador Petecão, que é o Primeiro Secretário desta Casa, do Senador Lucas Barreto; em nome do Senador Davi. E muitos não acreditavam que um jovem pudesse ter a capacidade e o equilíbrio necessário e suficiente para conduzir esta Casa, e o exemplo do Senador Davi começou exatamente no momento da campanha eleitoral e, principalmente, da sessão tão tumultuada que este País presenciou, ouviu e viu. Mas isso é a democracia. A democracia é feita de embates, e o resultado é exatamente a capacidade de quem aqui está a conduzir o processo. E por isso eu quero aqui agradecer ao Presidente Davi a oportunidade de estarmos nesta sessão solene, homenageando a Medicina Veterinária do Brasil, todos os profissionais envolvidos nesta área, os médicos veterinários.

E aqui também eu quero, mais uma vez, fazer uma homenagem a todas as médicas veterinárias, em nome das minhas companheiras de formatura. Faço aqui questão de falar em nome da Cleusa Alves Theodoro, Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – ela foi a tesoureira da minha turma de formatura; fizemos uma bela festa, conseguimos fazer um grande trabalho, juntando a sociedade àquela época, as doações, buscando fazer um grande evento; a Cleusa sempre foi uma líder. É uma professora exemplar na Universidade Federal –; da Cristina Helena Alves Monteiro, também minha companheira de Mato Grosso, professora da Universidade Federal em Cuiabá; da Letícia Almeida Monteiro, professora também; Maria Lúcia Ferreira, Osmarina Paes Mauricini, Zélia Assumpção de Rezende, todas elas professoras da universidade; Maria Cristina; e a Eriko. A todas elas aqui eu a faço uma homenagem em nome da mulher trabalhadora brasileira, já que aqui comemoramos também o Dia Internacional da Mulher, a força da mulher, a fibra da mulher brasileira, com todas as dificuldades.

Eu sempre ouço uma palestra da minha esposa, Mariene de Abreu Fagundes, que é mineira também. Ela sempre diz na palestra: "Se as mulheres não buscarem o espaço no Brasil, nós ainda vamos demorar mais 200 anos para que as mulheres tenham condições de igualdade no Brasil", ou seja, a mesma profissão, a mesma jornada de trabalho, para poder ter o mesmo salário. Hoje,



infelizmente, não é essa a realidade. E, na verdade, a mulher não faz a mesma jornada de trabalho, porque a mulher tem uma segunda jornada de trabalho, a grande maioria delas, que é cuidar de nós, os homens, os filhos, os afazeres da casa.

Então, em nome da homenagem que vamos fazer, ao encerrar, à Dra. Alzira de Souza, a nossa primeira médica veterinária, eu quero aqui entregar uma placa. Eu o farei já neste momento, convidando para estar conosco, representando a primeira mulher médica veterinária diplomada do Brasil, Dra. Alzira de Souza, a Sra. Rosália Meireles de Souza Rocha. (*Palmas.*)

Alguém, por favor, poderia acompanhá-la?

(*Procede-se à entrega da placa à Sra. Rosália Meireles de Souza, representante da Dra. Alzira de Souza.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária – placa comemorativa.

Dra. Alzira de Souza, primeira médica veterinária diplomada no Brasil, em 1924, na Escola de Veterinária de Pouso Alegre, Minas Gerais.

Homenagem à Dra. Rosália Meireles de Souza Rocha pelo seu desempenho em prol do desenvolvimento da indústria de produtos veterinários, por ocasião da sessão especial realizada no Senado Federal em honra dos 110 anos de criação da Diretoria Geral de Indústria Animal, embrião da Secretaria de Defesa Agropecuária, e das entidades da medicina veterinária brasileira.

Senado Federal, 18 de março de 2019.

Luiz Carlos Rodrigues Cecílio, Presidente. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Cumprida a sessão de homenagem à Medicina Veterinária, eu quero agradecer a presença de todos e dizer que com certeza esta foi uma sessão para todos nós, médicos veterinários, em que recebemos muitos comunicados do Brasil inteiro, em que muitas pessoas acompanharam nossos trabalhos.

Em nome do Conselho Federal de Medicina Veterinária, nós agradecemos a todos e mais uma vez agradecemos ao Presidente Davi por esta oportunidade.

Muito obrigado, felicidades e que Deus nos abençoe a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 46 minutos.*)

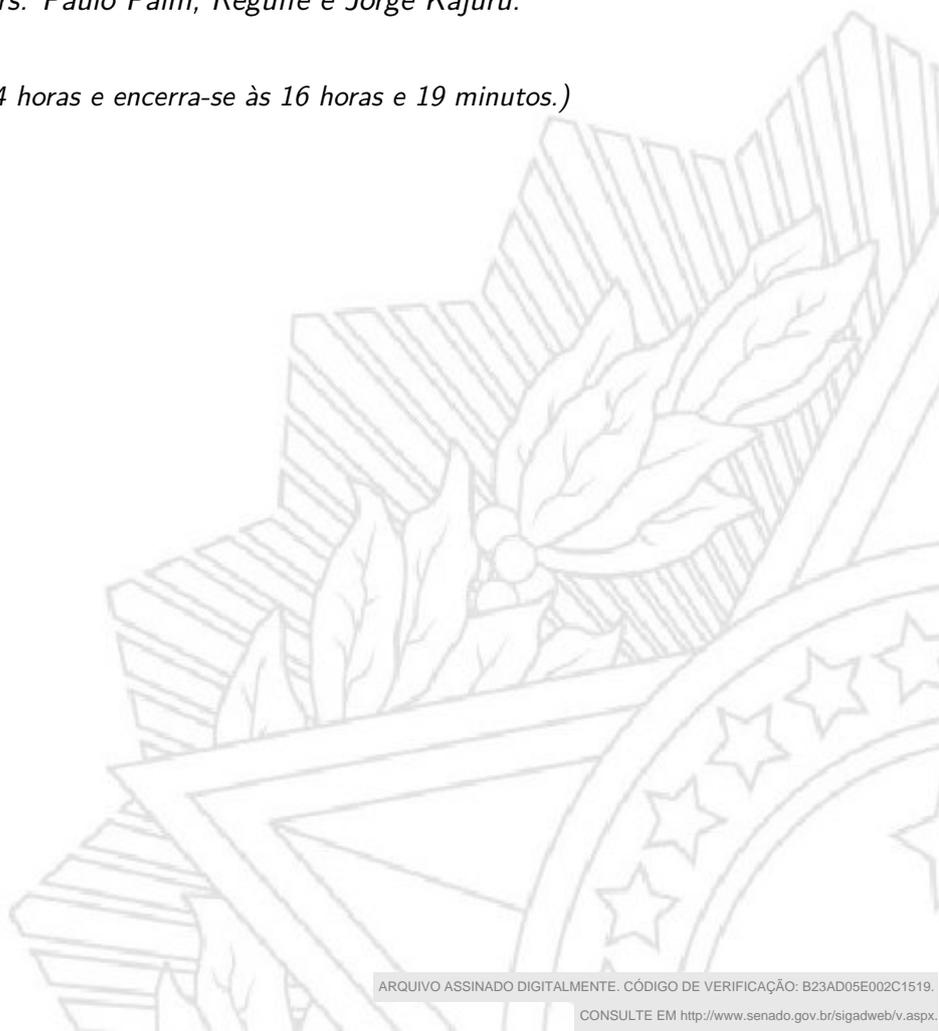


Ata da 27ª Sessão, Não Deliberativa,
em 18 de março de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Reguffe e Jorge Kajuru.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 16 horas e 19 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

O Senador Kajuru, do PSB, de Goiás, com a palavra.

A Presidência comunica ainda ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

O Senador Kajuru com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, nossas principais Excelências, meus únicos patrões, Sr. Presidente Paulo Paim, tenho certeza de que, como sempre, estamos aqui em debate, no início das sessões, no mais alto nível, e com o preparo de V. Exa., vai ficar um pouco ou muito indignado com o que tenho que falar hoje, segunda-feira, 18 de março de 2019.

Saibam – eu, como um empregado público que sou – todos e todas, a Pátria amada, que não serei eu a estacionar um jipe com um cabo e um soldado na porta do Supremo Tribunal Federal. Inclua-me fora dessa. O que pode fechar o Supremo não é a fiscalização da parte do Poder Legislativo, mas, sim, a perpetuação de privilégios, que causam revolta à consciência crítica da nossa população, a falta de luz sobre os porões de onde emanam sentenças antípodas para casos idênticos. O que enfraquece o Judiciário e pode levar a democracia ao colapso não é a relação republicana e autônoma entre os Poderes, mas, sim, a partidarização, o ativismo judiciário e a usurpação de prerrogativas entre as instituições, Presidente Paim.

Assim, digo a todos e todas e a esta Casa do Senado Federal, em especial à Pátria amada: afastem de mim esse cálice do golpismo. Todavia, não me peçam que eu me silencie – e jamais vou me silenciar – em culto à paz dos cemitérios. Ao contrário, dirijo minha voz, neste momento, ao Sr. Presidente do Senado brasileiro, caro Senador Davi Alcolumbre.

Foi publicado hoje, no jornal digital Poder 360, um depoimento seu, no qual afirma, entre aspas: "Podem esquecer. Não haverá CPI da Toga" – fechem aspas. Sim, Presidente Reguffe, que assume a sessão, pois, posteriormente a mim, irá se pronunciar o Senador Paulo Paim, eu repito: a declaração dele é entre aspas ao notável jornalista Fernando Rodrigues, do Poder 360, que V. Exa. conhece: "Podem esquecer. Não haverá CPI da Toga".

Presidente Davi, o Senado tem um Plenário que é soberano. O senhor não é dono do Senado! É uma infelicidade brutal! Sr. Presidente, o senhor não percebe que, com essa atitude, apequena este Senado, apequena a Justiça brasileira e apequena a si mesmo na condição de Presidente do Congresso Nacional. Ao tentar proteger as instituições e a democracia, o senhor não as estaria cobrindo com o manto do medo, Senador Paim e Presidente Reguffe.

Sr. Presidente Davi Alcolumbre, na condição de quem, conhecendo-o há tão pouco tempo, adquirir respeito e consideração por V. Exa., esta Casa sabe que Jorge Kajuru nunca aqui sobe para desqualificar ninguém quando tem do que divergir. Agora, quero fazer-lhe um alerta de amigo: o manto do medo, ao longo da história, serviu apenas para perpetuar erros e equívocos que evoluem até se transformarem em pura vergonha! Se o senhor quer ser estadista, e eu acho que deseja e pode sê-lo, deixe a luz da democracia iluminar os salões da República. Conduza as águas, Presidente deste Senado. Não as represe, não abafe a voz dos que clamam por ética, justiça e verdade. Seja antes essa voz: instale a CPI da Toga, conduza-a de maneira republicana, contribua



de maneira histórica para que a Justiça e o Senado estejam à altura de nossa verdadeira democracia.

Nenhum de nós aqui quer a CPI por revanchismo. Se eles podem devassar nossas vidas, por que não o contrário?

Aí, sim, Presidente Davi Alcolumbre, o senhor poderá estar à altura de um verdadeiro estadista. Trago aqui, como o fiz, em repercussão até mundial, pois fui entrevistado pelo quinto maior jornal do mundo, o *El País*, que se assustou com os privilégios da Suprema Corte. Hoje trago, Presidente Reguffe, desta sessão, um outro fato: a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal confirmou 265 decisões tomadas pelo Ministro Edson Fachin e garantiu o pagamento de pensões a um grupo de mulheres maiores de 21 anos, filhas de servidores federais civis.

O Tribunal de Contas da União (TCU), Senador Paulo Paim, havia mandado revisar o benefício de mais de 19 mil pensionistas suspeitas de terem outra fonte de renda. Várias pensionistas passaram a recorrer ao STF, onde Fachin foi sorteado Relator. Ele atendeu aos pedidos de uma parte delas: as que têm emprego ou renda na iniciativa privada. Não foram beneficiadas as mulheres que tenham cargo público permanente ou recebam pensão por morte de cônjuge. As decisões da 2ª Turma foram unânimes. Além de Fachin, também fazem parte dela a Ministra Cármen Lúcia e os Ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Celso de Mello. As votações foram todas por meio do julgamento virtual, em que os ministros não precisam se reunir para decidir.

As mais de 19 mil pensões que o Tribunal de Contas da União considera regulares consumirão, brasileiros e brasileiras, até R\$6 bilhões em quatro anos, segundo cálculos não meus, mas da AGU.

Os dois órgãos entendem que o pagamento deveria ser mantido apenas para mulheres sem outra fonte de renda suficiente para se manter. Mas, em decisões anteriores, Fachin já havia considerado que a lei criando o benefício não previu como condição para a manutenção do pagamento a dependência econômica da filha ou das filhas de servidores.

Mais conhecida no meio militar, a pensão a filhas de servidores federais se concentra no Executivo: mais de 60 mil beneficiárias e gastos de R\$2,39 bilhões em 2016.

Penso ser grave. Mais privilégios, mais gastos, mais desrespeito com o dinheiro do público.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru, se me permite um aparte, no momento adequado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Evidentemente, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru, hoje, na Comissão de Direitos Humanos, nós debatemos a questão da previdência, como fazemos todas as segundas, e o tema foi a situação dos que estão aposentados e dos que estão em perspectiva de se aposentar e as maldades que vêm, de forma truculenta, no chamado regime de capitalização, que não assegura direitos a ninguém, porque, depois que for capitalização, só entra o dinheiro na continha de quem fez a sua poupancinha lá, e acabou. E como é que fica esse povo todo que está aposentado ou que está em véspera de se aposentar? Como eles vão manter o pagamento sem a entrada de novos recursos?

Mas uma cidadã, na linha da sua fala, fez a seguinte afirmação, que eu, naturalmente, joguei para os convidados: "Se querem fazer a reforma da previdência, comecem pelos privilégios". É exatamente a sua fala. Precisamos acabar com todo tipo de privilégio. Que fosse, segundo ela



coloca, até, mais ou menos, o que é hoje, R\$5,8 mil – ela falou em cinco salários mínimos – para todo mundo. Daí para a frente, façam o que bem entenderem. Aí a responsabilidade é sua, minha, de um juiz, da filha do juiz, da filha do militar, da minha filha, da sua filha. Estou dando um exemplo em tese. Cada um que faça a poupança que bem entender. O teto é esse, igual para todos.

Diz ela: "Aí, sim, primeiro ataquem de verdade os privilégios, depois vamos discutir as outras formas que o conteúdo da reforma pode apontar em matéria de sustentabilidade para a nossa previdência." Eu fico com ela. Acho que há que ser igual para todo mundo e ponto.

É isso. Parabéns a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Concordo plenamente e o cumprimento. Ontem, inclusive, retuítei sua opinião em relação ao rombo da previdência, que está rigorosamente nos juros.

Presidente Reguffe, eu só concluo dizendo que amanhã terei mais tempo, ou hoje ainda, já que estamos em três Senadores aqui no Plenário desta segunda-feira. Se não puder hoje, no tempo de Liderança – sou do PSB neste Senado –, eu quero entrar aqui num vespeiro em que sei que vou contar com o apoio de vocês dois, que são meus amigos, dos senhores, de V. Exas. e de muitos aqui, mas é um vespeiro.

Eu vou me referir à instituição de imposto sobre renda, de imposto sobre grandes fortunas no Brasil. Esse é um vespeiro que eu, quando os assistia de minha casa, nas sessões do Senado, ficava enlouquecido, querendo ver um brasileiro entrar nesse assunto. Eu sei que terei a parceria de vocês.

O imposto é previsto na Constituição de 1988, no art. 153, inciso VII. É o único imposto previsto na Constituição que sintomaticamente não foi instituído. Sempre que lembrada a instituição do imposto sobre grandes fortunas neste Brasil, faz-se referência à necessidade do aumento de arrecadação, ao seu papel como ferramenta de justiça fiscal e instrumento da desconcentração de renda. Então, desde 1989, tenta se instituir tal imposto no Brasil, porém sem sucesso algum.

Penso no imposto sobre grandes fortunas como uma questão de justiça. Entendo que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Então, com tempo, quero falar mais sobre esse assunto, que penso ser da mais alta relevância.

E concluo pensando que não foi o Presidente Bolsonaro que deu a ordem para o Presidente Davi Alcolumbre dizer: "Podem esquecer. Não haverá a CPI da Toga". Não posso acreditar que foi o Presidente Bolsonaro. Penso assim. Espero que seja assim. Sou otimista, mas vamos continuar aqui de olhos abertos, pois é nada mais do que o nosso dever fiscalizar, falar, denunciar, reagir.

E ofereço este meu pronunciamento sobre a CPI da Toga e a situação do Supremo Tribunal Federal e mais privilégios aqui a dois jornalistas brasileiros acima de todas as médias: o Josias de Souza, da *Folha de S.Paulo*, e o Marco Antonio Villa, da Rede Jovem Pan de rádio. E peço o registro nos *Anais*, Presidente, querido exemplo do Distrito Federal, Senador Reguffe.

E é por isso que votei em V. Exa. As redes sociais minhas que, na eleição presidencial, preferiram Davi Alcolumbre, porque o meu voto foi para V. Exa., porque eu sabia que, sendo Presidente, o senhor não faria deste Senado um puxadinho do Palácio.

Agradecidíssimo.



DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR JORGE KAJURU.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 3.1.2 do Sumário)

(Durante o discurso do Sr. Jorge Kajuru, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Senador Kajuru, quero aqui me somar a V. Exa. nessa defesa do imposto sobre grandes fortunas. Já falei isso aqui na legislatura passada, acho que é importante, desde que, é claro, isentando, aumentando a isenção para os assalariados deste País, para quem ganha pouco, aumentando a faixa de isenção e, sim, criando o imposto sobre grandes fortunas.

Quero também aqui parabenizar V. Exa., Senador Jorge Kajuru, pelo pronunciamento, um pronunciamento importantíssimo neste momento do País. Considero que a decisão – vou falar isso no meu pronunciamento logo mais – do Supremo Tribunal Federal da semana passada foi uma decisão esdrúxula. V. Exa. está certíssimo: existe uma coisa, nesta Casa, chamada Regimento Interno, que diz que, quando se atingem 27 assinaturas, um terço dos membros desta Casa, a Comissão Parlamentar de Inquérito tem que ser instalada. Nós tivemos as 27 assinaturas para essa CPI que ficou popularmente conhecida como CPI da Lava Toga, e ela tem que ser instalada pela Presidência desta Casa. Então, eu me somo a V. Exa., que falou com muita propriedade disso. E esta Casa tem o dever de investigar o que está acontecendo num outro Poder, sim. Não pode rever uma decisão do outro Poder, aí é uma coisa *interna corporis* daquele Poder. Agora, investigar possíveis delitos cabe à esta Casa, sim.

Então, eu me somo a V. Exa. Esta Casa tem que instalar essa Comissão Parlamentar de Inquérito da Lava Toga para investigar os tribunais superiores e tem que também desengavetar os pedidos de *impeachment*, de impedimento dos Ministros do STF. Por que engavetar esses pedidos de *impeachment* dos Ministros do STF? Cabe a esta Casa, sim, investigar isso. Eu me somo a V. Exa. E cabe ao Presidente desta Casa instalar esta Comissão, sim.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento.

Agora, convido, para fazer uso da palavra, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Reguffe, Senador Kajuru, Senador Telmário, Senador Alvaro Dias, eu introduzi aqui hoje pela manhã... Mas antes, Senador Kajuru, quero dizer que sobre a tributação sobre grandes fortunas eu já apresentei dois projetos. Adivinhe o resultado dos dois? Fui derrotado nos dois. Mas vamos insistir. Se eu não me engano, eu apresentei o terceiro. Sei que o Reguffe também tem um. Vamos continuar insistindo, nem que seja – grandes fortunas ou grandes heranças – para tentar sair deste imbróglio. E há um outro que diz que quem tem jatinho, quem tem lancha – enfim, esses veículos de alto poder, seja aéreo, seja aquático – paguem IPVA. Eu vi uma matéria que demonstra que, se eles pagassem só o IPVA, que o cara da motinha paga, que o cara do fuquinha – bom lembrar o termo fuca – paga, nós teríamos uma arrecadação de bilhões de reais – de bilhões de reais –, porque não pagam exatamente nada.

Hoje pela manhã, Senadores e Senadoras, a Comissão de Direitos Humanos fez um debate novamente com entidades e com especialistas sobre a reforma da previdência. Eu só vou falar aqui que, de todos os painelistas, houve uma questão que foi unanimidade: todos sabem que a capitalização não interessa ao Brasil. Foi apresentado um dado que, de 30 países que enveredaram



por essa área, 18 já voltaram atrás e voltaram para o regime de repartição, ou seja, como é no Brasil.

Todos entendem – isso também é unanimidade – que a reforma como está não pode, em hipótese nenhuma, passar, inclusive no Plenário.

Eu quero alertar, mais uma vez, que eu estou tentando buscar, na minha Comissão, alguém que fale a favor da reforma. Lá, é o contrário, ninguém quer ir lá para falar a favor da reforma. Já tentamos, só vão aqueles que defendem que essa reforma é o fim do mundo. Hoje estive lá o Toninho, do Diap, por exemplo. Eu contei a história. Eu tive uma reunião com ele e mais quatro técnicos, num desses fins de semana em que eu fico aqui – e fico muito aqui em Brasília. Naquela reunião, o Toninho alertava: "Olha, se, nessa reforma do Temer, vocês não conseguirem avançar, reduzindo os prejuízos para o povo trabalhador, preparem-se, porque virá uma pior". E foi exatamente o que aconteceu. O Toninho estava lá e descreveu de forma muito detalhada, é o termo adequado, sobre essa reforma e as preocupações que ele tem. Eu tenho certeza de que ela como está não passará e vamos avançar.

Amanhã vamos ter previdência e educação e, na próxima segunda-feira, vamos ter previdência com economistas. Eu quero dois a favor e dois contra. Os dois favoráveis já estão listados, eu estou esperando que o Governo, ou os bancos, ou os fundos de pensão indiquem dois para debaterem, lá naquela Comissão, a reforma. Eu não encontro – não encontro. Sinceramente, digo aqui que, se houver alguém que defenda essa reforma, por favor, eu aceito que, na próxima segunda-feira, esteja na Mesa para defendê-la, porque, lá na minha Comissão, não querem ir. Eu ouvi dizer que, na CAE, há quatro ou cinco, todos favoráveis. Então, eu vou lá convidar dois daqueles, e que eles escolham quem quer que seja para estar na segunda-feira, lá na Comissão de Direitos Humanos.

Eu me comprometo, como V. Exa. cobrou, de ser magistrado, eu vou arbitrar o debate. Fica aqui, de público, essa posição minha, como já provoquei – o Senador Telmário foi quem iniciou esse debate –, de fazer um debate aqui com cinco favoráveis, cinco contrários, numa Comissão temática sobre a reforma da previdência. Estou esperando o dia, não é, Telmário? Já estivemos até com o Presidente da Casa, pedindo para ele que marque o dia desse debate, porque vai ser muito bom para esclarecer essa questão para o País.

Eu quero hoje falar de um outro tema que me assustou. E veja, não tem nada a ver especificamente com esse Presidente ou aquele. Eu quero falar hoje sobre a situação dos agrotóxicos no Brasil. Então, o foco do meu pronunciamento do dia de hoje é um alerta. Eu vou dizer o porquê.

Na semana passada, fiquei preocupadíssimo com a notícia de que, somente nos últimos três meses, agrotóxicos mataram cerca de 500 milhões de abelhas do nosso País. E todo mundo sabe que a abelha é o símbolo da própria vida. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, morreram 400 milhões de abelhas. O restante foi nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Como se sabe, as abelhas são responsáveis por promover a reprodução de várias espécies de plantas, vida. Só no Brasil, 60% das 141 espécies de plantas cultivadas para alimentação humana e produção animal dependem, em alguma medida, da chamada polinização das abelhas. Em escala mundial, esse percentual sobe mais ainda, para 75%, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).



Outra informação de assustar é que o Brasil, no ano de 2013, consumiu 1 bilhão de litros de agrotóxicos. Isso representa, para os que estão nos assistindo, uma cota *per capita* de 5 litros por pessoa, 5 litros, só em 2013. São usados no País 14 tipos de agrotóxicos nocivos à saúde, produtos que são banidos no resto do mundo. Aqui é liberado. O alerta vem neste sentido: como fica a vida, seja a floresta, sejam os peixes, sejam os animais, sejam os seres humanos? Temos que considerar que o impacto ambiental tem impacto social, impacto econômico e, como eu dizia antes, sobre rios, sobre águas, mares, oceanos, florestas, campos, alimentação, cidade, gente, gente. Tudo isso para mim entra na linha dos direitos humanos. Por isso, vou fazer, baseado neste pronunciamento, um debate lá na Comissão com os especialistas, que pediram que eu fizesse este pronunciamento.

A indústria de pesticidas movimenta anualmente US\$50 bilhões no mercado mundial. Vinte por cento onde? No Brasil, o primeiro no *ranking* de consumo de agrotóxicos. Todavia, a nossa posição cai para o 7º lugar no *ranking* mundial do uso de defensivos por área plantada e para 13º quando se analisa a taxa de consumo de agroquímicos para a produção agrícola.

Aqueles que justificam o emprego desses agrotóxicos no País assinalam um cenário diferente. Dizem eles: "... por termos uma agricultura tropical em larga escala, na qual os problemas com o enfrentamento de pragas assumem dimensões diferentes dos países de clima temperado." Naturalmente, o maior uso de agrotóxicos está associado ao desenvolvimento da transgenia em razão do desenvolvimento genético de sementes tolerantes à aplicação dos mesmos. Não podemos fechar os olhos. Depois, vamos lembrar aqui o que aconteceu em Minas Gerais, porque vem acontecendo em São Paulo e Rio de Janeiro. Estou falando só do meio ambiente, não é nem das agressões de assassinar pessoas, como foi o último caso de São Paulo.

Não podemos fechar os olhos aos impactos provocados pelo uso desses chamados agrotóxicos na saúde da população brasileira.

Em 2018, a ONU publicou relatório que estimava em 200 mil mortes anuais, vítimas de envenenamento agudo por pesticidas em todo o mundo, sobretudo de trabalhadores rurais ou de moradores do campo.

Segundo ainda a Pesquisa Fapesp, de 2018, "No Brasil 84,2 mil pessoas sofreram intoxicação após exposição a defensivos agrícolas entre 2007 e 2015", uma média de 25 por dia, conforme dados do Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Isso tudo elaborado e publicado pelo Ministério da Saúde.

Pesquisas sugerem que a exposição de trabalhadores a defensivos agrícolas aumenta o risco de surgimento de diversas formas de câncer, além de distúrbios hormonais e malformações gestacionais. Repetirei este dado: 25 intoxicações por dia causadas por agrotóxicos em trabalhadores rurais.

Já estamos nos acostumando a viver tragédias diárias, como dizia antes, em nosso País – Mariana e Brumadinho são alguns exemplos –, mas são tragédias visíveis, noticiadas com o devido destaque na mídia. Nesse contexto, a tragédia silenciosa e anônima que afeta o trabalhador rural e aqueles que moram em comunidades do campo pode passar despercebida. De repente, morrem 500 milhões de abelhas.

O uso desses produtos não afeta apenas as populações rurais, porém o seu efeito contaminador atinge os mananciais hídricos: água, os próprios alimentos, como atestam pesquisas de laboratórios em amostras de alimentos dos grandes mercados que abastecem os brasileiros com alimentos.



Temos a publicação do, entre aspas, "Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde", publicado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 2015, que destaca os efeitos produzidos pelo consumo de água contaminada: problemas no fígado e no sistema nervoso central, incluindo dores de cabeça, tonturas, irritabilidade e movimentos musculares involuntários; no sistema cardiovascular e reprodutivo, com algumas evidências de desregulação endócrina e problemas nos olhos, rins, baço, anemia e o aumento de risco de desenvolver câncer. Muitos alegam que as contaminações, decorrentes da aplicação desses produtos no campo poderiam ser evitadas, caso as recomendações técnicas para a aplicação fossem observadas, bem como o uso de materiais protetivos adequados e dos Equipamentos de Proteção Individual, os chamados EPIs. Nesses termos, seriam necessários maior fiscalização das condições de trabalho no campo e melhor treinamento dos trabalhadores rurais. No mesmo sentido, observar a legislação em vigor sobre a fiscalização da potabilidade da água para consumo humano poderia evitar, assim, casos permanentes ou recorrentes de contaminação.

As leis estão aí para serem observadas, aplicadas e fiscalizadas. Não podemos colocar em risco a vida humana por não investir adequadamente nas estruturas, como eu dizia, de fiscalização e de punição dos responsáveis.

Quando o Estado falha em preservar o direito constitucional mais fundamental, o direito à vida, não podemos nos calar. Temos que olhar com muita atenção as novas concessões de registro para esses produtos que levam à morte.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, houve uma explosão nessas concessões a partir de 2016.

Vamos aos dados: de 2006 a 2015, a média de concessão estava situada no intervalo entre 100 e 200; em 2017, aprovaram-se 405; e, em 2018, 450. Vejam que está cada vez avançando mais. Tudo indica que este ritmo deverá ser mantido, neste ano, pois, até o mês de fevereiro, constavam-se já 58 novos registros de agrotóxicos.

A maior parte dos aprovados já era usada no Brasil e os registros tratam de novas formulações. Dois deles, entretanto, contêm princípios ativos proibidos na União Europeia, exatamente por causa de danos terríveis à saúde humana e ao meio ambiente. Vejam que dois deles que são radicalmente proibidos na União Europeia aqui no Brasil foram liberados.

A tecnologia e a ciência devem ser incentivadas para inventar ou fabricar produtos menos nocivos para a saúde humana e para o meio ambiente. É necessário investir nas estruturas dos órgãos do Governo a quem cabe a aprovação de registros nessa área, de forma a aprovar produtos alternativos.

Temos que pensar numa lógica de que todos sejam beneficiados; de que não aja prejuízos a pessoas, consumidores, produtores, trabalhadores, meio ambiente, vida. Temos que pensar, em primeiro lugar, na vida e na saúde de todos.

Sr. Presidente, queria fazer só dois registros nos dois minutos que me faltam.

O primeiro deles. Recebi a carta dos Governadores do Nordeste, carta assinada pelo Governador do Maranhão, Flávio Dino; Rui Costa, Bahia; Paulo Câmara, Pernambuco; Camilo Santana, Ceará; João Azevêdo, Paraíba; Wellington Dias, Piauí; Fátima Bezerra, Rio Grande do Norte; José Luciano Barbosa e Silva, Vice-Governador do Estado de Alagoas; Belivaldo Chagas, Governador de Sergipe.

Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove Estados, reunidos no Nordeste, Sr. Presidente, se posicionaram contra a reforma da previdência em diversos pontos. Eu quero



destacar, principalmente, o regime de capitalização, porque esse regime vai aumentar a miséria em todo o País. Não tenham dúvida.

Olhem, eu quero estar vivo. Quem estiver vivo me cobre no futuro.

Hoje de manhã eu estive com um especialista que falou da realidade do Chile: suicídios, pessoas com mais de 65 anos, 60 anos pedindo esmola na rua porque entraram nessa fria do regime de capitalização, que é só a contribuição de 10% sobre o salário de cada um, sem nenhuma contribuição da União.

A maioria dos países voltou atrás.

Por fim, Sr. Presidente, neste um minuto, eu quero destacar aqui o artigo de um grande amigo meu "O Rombo está nos Juros, não está na previdência", *Jornal do Brasil*, Vivaldo Barbosa, que foi Constituinte.

Em seu artigo, ele cita a CPI da Previdência – ele esteve aqui e acompanhou os trabalhos da CPI, de que eu fui Presidente e o Hélio José, Relator –...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e deixa muito claro que só quem ganha com essa reforma... Também ele bate principalmente no regime de capitalização. Tudo ali é grave, mas o mais grave de tudo é a capitalização, que acaba com o sistema atual, e vira uma poupancinha individual de cada um.

Ora, se, com tudo o que tem esse componente, eu repito aqui, aquela cesta de contribuições que vai para a previdência, eles dizem que não dá, calculem se tirarem tudo e entregarem para o sistema financeiro cuidar, aquela sua poupancinha que você já tem até hoje.

O que eu vi hoje, por exemplo, nos jornais? O Bradesco praticamente criticando o Presidente da República – olhem a ousadia dos bancos – porque ele não está fazendo o esforço que eles entendem necessário para aprovar essa reforma cujo eixo é privatizar a previdência...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é amanhã. É quarta-feira, às 9h da manhã, no Irineu Ramos, quando vai ser eleita uma coordenação contra a reforma da previdência. Só quero dizer que o seu nome é um dos indicados lá.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nesta quarta agora?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nesta quarta agora, às 9h da manhã. Vão escolher lá cinco Senadores e cinco Deputados. É claro que todos estão convidados a estarem lá. Todos os que estão aqui assinaram o documento – ninguém aqui está dizendo que não quer debater reforma, não é isso – dizendo que a previdência pública é importante.

Acima de R\$5 mil, R\$6 mil – a referência são cinco salários mínimos, eu vi também hoje pela manhã –, cada um faça o que bem entender, porque, na área pública, já é isso. Para o servidor público, foi criado o Funpresp. Para quem entrou no serviço público depois de 2013, já é esse sistema. O valor é até R\$5.900. Acima disso, cada um faça a poupança que entender adequada, na área pública ou na área privada.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço muito a V. Exa.



Quero dizer que lamento que os três Governadores dos Estados do Sul se posicionaram favoravelmente à reforma. Então, enquanto oito aqui já disseram que são contra, três dos quais são os Estados do Sul – entre eles, o meu Estado, o Rio Grande do Sul...

Lamento muito, até porque eles deveriam, no mínimo, aprofundar o debate com a gente, aqui, já que os Governadores serão chamados aqui. Eu entendo que qualquer Governador que for a fundo e ver o que é o regime de capitalização não poderá defendê-lo. Prefeito que for a fundo, não pode defender isso também, porque acaba com a economia do Município. Já está comprovado por todos. O próprio Governo reconhece que esse regime... Hoje, Senador Kajuru, 80% dos Municípios brasileiros usam os rendimentos de aposentados e pensionistas – porque circula a economia quando eles recebem –, pelo FPM (Fundo de Participação dos Municípios), que é muito melhor. Como é que eu vou abrir mão da maior receita dos Municípios? Como é que um Prefeito desses pode sonhar em se reeleger um dia? Eu sei que a questão não é só eleitoral, é de consciência, é social, é humanitária. Como é que alguém vai querer levar a pobreza absoluta para os Municípios brasileiros? Você vai abrir mão da maior receita que vai para o Município para a sobrevivência das pessoas.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado. Agradeço muito a V. Exa., que entendeu que eu tenho um médico, agora, depois das 15h.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Convido agora para assumir a Presidência o Senador Jorge Kajuru, esse brilhante Senador do Estado de Goiás. Eu vou fazer uso da palavra.

Após a minha fala, falará o Senador Telmário Mota e, após a fala do Senador Telmário, o Senador Alvaro Dias.

Passo a Presidência agora ao brilhante Senador do Estado de Goiás, Jorge Kajuru.

(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Kajuru.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com a palavra, para o uso da tribuna, obedecendo à inscrição, o Senador que orgulha o Brasil, representando o Distrito Federal, Senador Reguffe.

Com prazer, Senador!

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a decisão do Supremo Tribunal Federal, na semana passada, de transferir crimes de corrupção e lavagem de dinheiro que tenham origem em caixa dois para a Justiça Eleitoral julgar é uma decisão absolutamente esdrúxula. Além de comprometer operações que nós temos neste País, neste momento, como a Lava Jato, transfere para a Justiça Eleitoral uma atribuição que a Justiça Eleitoral nunca teve.

Aliás, eu queria perguntar por que a Justiça Eleitoral vai julgar um crime de corrupção ou de lavagem de dinheiro? Qual é o perfil da Justiça Eleitoral, a atribuição da Justiça Eleitoral para julgar um crime de corrupção ou lavagem de dinheiro? O que tem a ver uma coisa com a outra? Será que alguém em sã consciência consegue me explicar por que um crime de lavagem de dinheiro ou de corrupção vai ser julgado pela Justiça Eleitoral? Não, quem tem que julgar isso é a Justiça comum.



Alguns aqui não falam disso, às vezes com medo do Poder Judiciário, mas isso tem que ser falado, sim. Foi uma decisão esdrúxula e independe da ideologia política da pessoa, seja a pessoa mais para um lado, para o outro, qual é a visão de Estado que a pessoa tenha. Não há fundo razoável nisto: um crime de lavagem de dinheiro, de corrupção passar a ser julgado pela Justiça Eleitoral. Isso aí é algo absolutamente inaceitável!

Outra coisa que precisa ser falada aqui é sobre essa questão da CPI, da chamada CPI da Lava Toga, para investigar os Tribunais Superiores, para investigar uma série de atos dos Tribunais Superiores. Atingiram-se as 27 assinaturas, que é o que o Regimento Interno desta Casa diz, ou seja, um terço dos membros desta Casa assinaram, o requerimento está com 27 assinaturas. Por que, então, não se instalar logo essa CPI? Que medo é esse do Poder Judiciário?

Os Poderes são independentes. Não cabe a esta Casa querer rever uma decisão do Poder Judiciário. Aí, não! Não cabe a esta Casa entrar e rever uma decisão do outro Poder. Agora, investigar fatos determinados que constam no requerimento, por que não? Que medo é esse de alguns daqui, desta Casa? Por que o Presidente desta Casa não instala essa CPI? Aliás, nos dois requerimentos, no primeiro e no segundo, está lá minha assinatura. Por que não se instalar essa CPI? Atingiu o número regimental, que são 27 assinaturas. É papel do Poder Legislativo a fiscalização.

Terceira coisa. Há pedidos de impedimento, há pedidos de *impeachment* de Ministros do STF. O Presidente tem que desengavetar esses pedidos, fazer com que esta Casa possa analisar, possa se debruçar sobre eles, dar prosseguimento a esses pedidos, para que eles possam ser analisados. O Presidente tem que desengavetar esses pedidos. É papel também desta Casa analisar os pedidos de impedimento de Ministros do STF.

E quarta questão, que também precisa ser falada aqui. Nós temos que mudar a forma de indicação de Ministros dos Tribunais Superiores. Não é bom para o País uma fórmula para a indicação de um Ministro de um Tribunal Superior que passe por indicação política, fazendo com que este, muitas vezes, fique devendo favor para o Presidente, que o indicou, e também para um grupo de Senadores que o sabatinou aqui, no Senado. Não é essa a forma que melhor preserva o interesse público. "Ah, mas tem alguns sérios, que, mesmo com essa forma de indicação, se mantêm sérios". Muito bem! Parabéns! Mas não é essa a melhor fórmula que preserva o interesse público. Tem que acabar a indicação política para ministro de tribunal superior neste País – isso tem que ser dito com todas as letras. Não dá para aceitar esse modelo atual que nós temos vigente no Brasil. Mas alguns falam: "Ah, mas a Suprema Corte norte-americana funciona assim". A Suprema Corte norte-americana não é tribunal penal; ela é apenas um tribunal constitucional. O Supremo Tribunal Federal brasileiro é, além de um tribunal constitucional, um tribunal penal. Não é correto esse modelo brasileiro. Nós precisamos ter uma corte que seja totalmente isenta de influências político-partidárias para que possa julgar com justiça. E julgar com justiça não é condenar, não; é condenar quando tiver que condenar, mas inocentar quando tiver que inocentar, porque a influência política entra dos dois lados: às vezes, para absolver um amigo e, às vezes, para condenar um inimigo do amigo, o que há muito na política. Então, nós temos que mudar esse modelo.

Protocoliei aqui, nesta Casa, Presidente Jorge Kajuru, no primeiro ano do meu mandato, a PEC 52, de 2015, que muda a forma de escolha de ministros de tribunais superiores, instituindo concurso público de provas e títulos e acabando a vitaliciedade, instituindo mandato de cinco anos, para que seja um serviço temporário à sociedade brasileira, e não uma profissão em que a



pessoa é dona daquele cargo. Essa proposta está aqui no Senado e não foi votada ainda por este Plenário – gostaria de que o Presidente colocasse em votação. Se não passar, faz parte da democracia. Mas não votar? Não a debater? Isso é algo muito ruim para esta Casa. O Presidente tinha que colocar essa proposta em votação, e cabe à Casa decidir, democraticamente, se vai aprová-la ou não. Mas é preciso, sim, instituir tempo de mandato para os ministros dos tribunais superiores e é preciso, sim, mudar a forma de escolha.

Muitos falam assim: "Ah, mas concurso público não mede caráter". Não mede, mas o modelo atual é pior. E, se alguém tiver uma sugestão melhor, eu topo, eu sou aberto a sugestões, eu quero ser vencido pelo argumento. Mas, até que alguém me prove o contrário, esse é o melhor modelo. Concurso público para cinco anos: a pessoa vai prestar um serviço temporário à sociedade brasileira de cinco anos. É preciso acabar com essas influências político-partidárias.

No Tribunal de Contas, então, olhem que coisa maluca: o que faz o ministro de um tribunal de contas? Ele julga as ações de quem? Do Governo. E quem o indicou? O próprio governo. Que coisa maluca isso neste País! Um conselheiro de um tribunal de contas de um Estado julga as ações de quem? Do governo do Estado. É indicado por quem? Pelo Governador. Isso não é correto, não é isso que melhor preserva o interesse público. Isso preserva o interesse de alguns que têm interesse nesses órgãos: para engavetar algumas coisas, para passar pano em outras. Isso não é correto! Não é o que melhor preservar o interesse público.

E esta instituição em que nós estamos, chamada Senado Federal, tem de preservar o interesse público. É para isso que esta instituição serve, não é para ficar administrando interesses. Gostaria de ver a minha PEC sendo votada aqui. Nós temos de mudar esse sistema de escolha. Não dá para aceitar um sistema em que as influências político-partidárias agem como agem, hoje, nas cortes superiores deste País.

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para apartear.) – Senador Reguffe, cumprimentando V. Exa. pelo pronunciamento, gostaria, desde já, de apoiar o projeto de V. Exa. Nós temos, tramitando no Congresso, várias propostas com sugestões interessantes mas, sem dúvida, essa proposta de V. Exa. é inteligente e necessária, substituindo o apadrinhamento pelo talento, pelo preparo, por intermédio de concursos públicos, e estabelecendo um mandato para o cumprimento de uma missão, para o cumprimento de um dever, especialmente na Suprema Corte, que vive hoje um momento de crise sem precedentes, com uma indignação popular que se volta contra ela, exatamente em função do modelo implementado, que é um modelo que foi arquitetado, certamente, para não funcionar, porque não funciona. Então, V. Exa. tem o nosso integral apoio para a aprovação da sua proposta para que se ofereça celeridade à tramitação também. É porque há muita inversão de prioridades. Às vezes, propostas mais importantes ficam aguardando por muito tempo, dando lugar a propostas nem tão importantes e urgentes.

V. Exa. fez referência aos tribunais de contas. Em relação aos tribunais de contas dos Estados, o Senado aprovou um projeto, de minha autoria, que está há anos paralisado na Câmara dos Deputados. Institui o concurso público para o preenchimento da função de conselheiro dos tribunais de contas dos Estados. E, em relação ao da União, o projeto ainda se encontra aqui no Senado Federal, sem deliberação. Por isso, nós nos somamos à defesa desta causa, muito bem espalmada por V. Exa. Temos certeza de que não ficaremos calados, de que não ficaremos esperando. Nós temos de cumprir o nosso dever que é, exatamente, essa cobrança que faz V. Exa.



Muitas vezes nós nos sentimos impotentes e o nosso mandato não é suficiente para que as coisas aconteçam, mas nós temos de ser persistentes, como V. Exa., e ficarmos permanentemente na trincheira cobrança, como muito bem faz V. Exa. na tarde de hoje.

Parabéns, Senador Reguffe!

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senado Alvaro Dias.

Só para concluir, Sr. Presidente, essas quatro coisas queria deixar aqui pontuadas nesta tribuna: primeiro, o meu registro crítico de absoluta indignação com essa decisão da Corte Suprema deste País de transferir para a Justiça Eleitoral julgamentos de atos de corrupção e lavagem de dinheiro, o que absolutamente não tem nada a ver com as atribuições da Justiça Eleitoral. É algo sobre o que não dá para se calar, algo que não dá para aceitar. Lamento que alguns aqui, com medo do Poder Judiciário, se calem com relação a isso.

A segunda questão é a da implantação da Comissão Parlamentar de Inquérito da chamada Lava Toga, que atingiu as 27 assinaturas, com a minha inclusive, e cabe ao Presidente desta Casa instalar essa CPI como diz o Regimento desta Casa. Atingiu o número mínimo de assinaturas que está previsto no Regimento Interno desta Casa.

A terceira questão é uma solicitação ao Presidente desta Casa, para que cumpra o seu papel e desengavete os pedidos de impedimento dos Ministros do STF que aqui se encontram, para que eles possam ser analisados por esta Casa, com todo critério que eu espero que os Parlamentares tenham e com toda consciência. Não é só condenar não. É inocentar também o que houver para ser inocentado. Mas eles têm de ser analisados, e cabe ao Presidente desta Casa desengavetar esses pedidos. É a solicitação que eu faço aqui.

E a quarta questão é uma questão de fundo disso tudo, que é a mudança da forma de indicação dos ministros dos tribunais superiores, do STF, do STJ, do TCU e dos tribunais de contas dos Estados e dos Municípios. É preciso mudar isso.

Então, apresentei uma PEC, a PEC 52, em 2015, ano em que entrei nesta Casa, e que até hoje não foi analisada pelo Senado Federal. Gostaria de ver sendo analisada. É uma PEC que introduz concurso público de provas e títulos para esses cargos e que institui mandato de cinco anos para esses cargos, acabando a vitaliciedade, para que esses cargos sejam um serviço temporário à sociedade brasileira, uma função de cinco anos para a sociedade brasileira, uma missão de cinco anos, e não uma profissão em que a pessoa se acha dono daquilo e acha que pode fazer o que quiser. Esses cargos têm de ter mandato, mandato de cinco anos.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a paciência de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – V. Exa., Senador Reguffe, pontuou com propriedade cada um dos pontos. Tem a minha concordância em todos eles. Sabe V. Exa. que conversamos sobre isso em relação ao mandato de cinco anos, quatro mais um, e pensamos da mesma forma.

Senador Alvaro, Senador Lucas, Senador Telmário, brasileiros e brasileiras, V. Exa. entra na ferida do STJ. Meu Deus, bem antes, há no registro de minhas redes sociais, no facebook.com/kajurugoias, naquele último julgamento em que o Senador Alvaro Dias estava presente, em que o Senador Telmário estava presente, naquele julgamento do Supremo Tribunal, para a gente aqui do Senado, lá no Supremo, do *impeachment* de Temer, a gente ali tinha que chegar a uma conclusão.



Eu fui entrevistado na época pelo jornal *Diário da Manhã* em Goiás e disse: "Para mim, só tem uma solução para o Supremo Tribunal: o fechamento dele". É a opinião que hoje tem uma Deputada ligada ao Presidente Bolsonaro, a Joice, ótima Deputada Federal, por sinal. Ela pensa como eu já pensava lá atrás, no ano passado. Agora, este seu pensamento é o melhor de todos: um mandato de oito anos, assim como é o de cada Senador, para cada Ministro do Supremo Tribunal. Limitar o mandato. Ou cinco anos. No máximo, oito anos. Para mim, cinco anos seria o ideal. Porque, rapidamente, se a gente lembrar a última indicação política – como V. Exa. observou aqui, que foi triste, revoltante –, qual foi ela? Michel Temer escolheu quem para o Supremo Tribunal? Seu Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Preciso falar mais alguma coisa?

Parabéns pelo seu pronunciamento!

A Presidência do Senado comunica aos Srs. e às Sras. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 26 de março do corrente, terça-feira, às 10h, no Plenário do Senado Federal, destinada a realizar a entrega do Diploma Bertha Lutz às agraciadas em sua 18ª premiação.

Dando sequência aos oradores inscritos, é a vez de chamarmos, com muita honra, o Senador do PROS de Roraima que tanto orgulho dá a mim e deu ontem ao Estado de Goiás ao inaugurar um fato histórico, em atitude de espírito público humano absolutamente raro, fazendo a entrega, por ter direito a emendas neste ano, como Senador de outra legislatura, de emenda de R\$1 milhão para um hospital goiano do câncer, o Araújo Jorge, que recebe gente do Brasil inteiro e, inclusive, atendeu, e muito bem, um sobrinho do Senador Telmário Mota, de Roraima.

Goiás agradece e enaltece V. Exa., que foi o grande assunto de ontem e de hoje na imprensa goiana.

Com prazer, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Senador Jorge Kajuru, Senador Lucas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nós vamos tratar especificamente do convite que V. Exa., Senador Kajuru, me fez. Ontem, eu estive lá em Goiânia e no hospital. Mas, antes, quero tratar de um fato extremamente triste, que até vai ali na fala do Senador Reguffe falou ainda há pouco, e a gente vai abordar esse fato, que me deixou extremamente triste.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna intrigado com a deusa Têmis, aquela figura da Justiça com aquela venda. A deusa da Justiça, aquela que tem a venda nos olhos, a balança e a espada nas mãos, para não julgar movida por paixões, uma bela estátua que fica aqui em frente ao Supremo Tribunal Federal, às vezes não é isenta em seus julgamentos.

Vejamos bem. Um certo ex-Senador e um dos mais corruptos do meu Estado e do País, que, por anos, frequentou estes corredores, teve alguns de seus processos arquivados – nove, para ser mais preciso – por decurso de prazo, ou seja, o processo caducou, porque a Justiça cochilou nessas investigações.

Aliás, existe ex-Senador? Existe ex-corrupto? Mas noutro momento discutiremos isso.

Sr. Presidente, enquanto a Justiça é devagar quase parando com os processos de acusação contra esse ex-Senador, que agora anda pianinho, perambulando pelas ruas de Roraima e nos gabinetes de Brasília, essa mesma Justiça foi ágil como uma lebre em condenar uma cidadã trabalhadora, pagadora de seus impostos, a Sra. Rúbia Grazielle de Souza Vegas, que, em novembro de 2017, filmou o então Senador e o acusou, dentro de um avião, de acobertar irregularidades cometidas por políticos e pelo Governo. A Sra. Rúbia Vegas apenas exigiu que um



funcionário dela – porque os nossos patrões são os trabalhadores e as trabalhadoras deste País – parasse de roubar, explicasse o acordo dele para estancar a Lava Jato, explicasse a PEC do teto dos gastos, explicasse a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Ela não exigiu nada demais. Apenas cobrou explicação de um político.

Ora, Sr. Presidente, se um político igual àquele, que foi Líder do Governo de vários partidos e vários governos, que está encalacrado até o bigode – aliás, até tirou o bigode agora, para se esconder, talvez, da Justiça –, com ações na Justiça por corrupção, e se ele não pode ser questionado pela população, se a deusa Têmis condena os que cobram e exigem retidão dos seus políticos, se a Justiça condena, constrange e impede a livre e legítima manifestação contra a corrupção, o que esperar dessa Justiça, Sr. Presidente?

O próprio Supremo Tribunal Federal já julgou, em 2016, a favor da população, sobre a suposta importunação aos políticos, quando estabeleceu que – abre aspas: "Tais condutas não podem ser tachadas de criminosas, pois obviamente não se direcionam diretamente às pessoas, mas buscam atingir primordialmente a figura pública dos agentes públicos – fecha aspas". Vejam, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a Justiça agiu em desacordo com uma decisão do STF.

A Sra. Rúbia Vegas interpelou um político líder de processos por corrupção. E se a Justiça tivesse julgado os processos que caducaram, ele já estaria na cadeia e não seria importunado nas ruas, porque estaria pagando pelos seus crimes. Os cidadãos de bem deste País esperam que a Justiça condene e puna com rapidez os corruptos do nosso País. Minha solidariedade à Sra. Rúbia Vegas.

Portanto, Sr. Presidente, eu aqui expresso esta manifestação porque a senhora foi condenada em R\$10 mil. O Senador perdeu na primeira instância e ganhou agora na segunda instância. Então, quer dizer, um cara que responde por seis processos, envolvido em todos os processos de corrupção deste País, está em todos, nove já foram arquivados por decurso de prazo e essas coisas todas. Seis estão na ativa. E a senhora que foi abordar no avião o político, cobrar do político: "Por quê? E os acordos envolvendo o Supremo Tribunal, essas coisas todas?" Aí querem dar um calaboca, punindo a cidadã com uma multa de 10 mil. Fica o meu protesto e a minha solidariedade a essa cidadã. Que isso não iniba os brasileiros e brasileiras de cobrarem dos políticos desonestos e honestos as suas atividades. Quero falar agora de coisa boa. Quero falar da minha ida à cidade de V. Exa. Estive em Goiânia. V. Exa. me convidou para conhecer as instalações do Hospital Araújo Jorge. Antes de tudo, eu quero falar um pouquinho desse hospital. A Associação de Combate ao Câncer em Goiânia, ACCG, Dr. Alberto Augusto de Araújo Jorge, fundado em 20 de janeiro de 1956, dois anos mais velho do que eu. Eu tenho 61 anos e ele, 63 anos.

Em 1967, o Hospital Araújo Jorge passa a ser Instituto de Ensino e Pesquisa, unidade oncológica em Goiânia – e há em Anápolis, um município grande de Goiás –, instituição privada de caráter filantrópico, atende a pacientes do SUS, convênios e particulares, é referência no tratamento oncológico de alta complexidade no Brasil, emprega diretamente mais de 1.300 pessoas, atua na prevenção, diagnóstico, tratamento do câncer e combate à doença.

Senador Jorge Kajuru, procedimentos realizados em 2018, no ano passado: 1.056.580 procedimentos que o hospital fez. Pacientes atendidos: 58.151 pessoas; internações: 19.098; internações no pronto atendimento: 11.002 pessoas; consultas ambulatoriais: 134.498; cirurgias: 13.753 pessoas. Ou seja, esse hospital presta a maior relevância de serviço público à nossa população, não só ao Estado de Goiás, como a Estados vizinhos e aos mais distantes, como meu Estado de Roraima. Eu tenho vários registros, inclusive familiares, que já vieram se tratar no



nosso querido Hospital Araújo Jorge. Hoje o Hospital Araújo Jorge tem as seguintes diretorias: Dr. Cláudio Francisco Cabral, Presidente; a Vice-Presidente, Dra. Ângela Machado de Sá; Secretária Geral, Dra. Maria Auxiliadora de Castro Siqueira; Tesoureira: Elecir Messias de Oliveira. E temos os diretores que fazem aquele hospital acontecer. Impressionaram-me muito o Dr. Roberto César Cândido Fernandes, Diretor Técnico do Hospital Araújo Jorge; o Diretor Elismauro de Mendonça, Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa; e o Diretor André Maurício Ferrari Beltrão, Diretor Técnico da Unidade Oncológica de Anápolis.

Na verdade, Senadores e Senadoras, saí dali impressionado com muitos, com o trabalho maravilhoso que aquele hospital faz, sabe, onde todos estão contentes: o servidor, o corpo médico... Eu acho que é um corpo médico que se dedica diuturnamente ao tratamento daquelas pessoas. É muito calor humano – é muito calor humano –, pelo que nós pudemos compartilhar e pelo que vi. Não é por que eu fui junto com a diretoria, não. Eu já havia feito uma visita antes, com o meu sobrinho tratando, e eu não me identifiquei. E a pergunta era de todos: "Você está satisfeito?" As pessoas sempre diziam: "É muito. É muito". Portanto, essa minha visita, ontem, para conhecer essas instalações têm um quê especial. Um quê especial.

O Senador Kajuru me disse... Você sabe que, no primeiro mandato, a gente não tem emendas. Eu espero que a gente até consiga. De repente, milagre, não é? Você está do lado do nosso Líder, um milagre pode acontecer. Na verdade, deveria ter, não é, Senador Fernando? Deveria ter.

Então, ele, não podendo disponibilizar, me falou da necessidade do hospital. E eu disponibilizei, das minhas emendas individuais, R\$1 milhão para atender ao Hospital Araújo Jorge, que é um hospital que atende ao Brasil inteiro, inclusive ao meu Estado.

Agora, eu queria aproveitar exatamente a presença do Líder do Governo, aqui sentado, do lado do nosso Presidente da sessão, Jorge Kajuru... Olha, Senador Fernando Bezerra Coelho, eu queria que o senhor prestasse atenção nestas informações que eu vou passar.

A tabela do SUS está totalmente discrepante, desatualizada.

Olha só... Olha este fato aqui... Este fato é interessante. Olha lá: em paciente adulto, com leucemia, é comum, pela deficiência imunológica, a ocorrência de infecções fúngicas, e a droga de escolha se chama Voriconazol. Essa droga, por dia, custa R\$1.200 – R\$1.200 – e deve ser usada por 30 dias. Porque, quando alguém vai fazer um transplante de medula, cai a imunidade, e é preciso essa droga, para dar sustentação. Sabe quanto o SUS paga, por dia, por essa droga, na qual se gasta R\$1.200? Ele paga ao hospital R\$37,78. É uma discrepância, é uma anomalia! Por isso, às vezes, a saúde pública perde a qualidade.

Eu não sei se isso é intencional, para favorecer a saúde privada, ou se é uma falta de racionalidade, de entender que não pode o hospital que é filantrópico, que gasta R\$1.200, 30 ampolas por mês, com um paciente que está com essa deficiência, e recebe R\$37,7.

Só para concluir a minha fala ainda, neste mesmo exemplo, eu vou citar um outro que, realmente, é muito mais de assustar.

Numa colposcopia, que é um exame médico importante para a detecção de câncer de colo de útero, o SUS paga R\$3,38 – R\$3,38 –, o que não dá para comprar a luva – a luva. Fora os demais materiais.

Portanto, esse foi um fato que ali me chamou muito a atenção, nessa tabela do SUS, que precisa ser atualizada, para dar a devida qualidade e a resposta que a população espera de uma saúde pública.



Por outro lado, eu quero parabenizar toda a Bancada dos políticos de Goiás, inclusive na pessoa do meu querido Presidente da sessão, Senador Jorge Kajuru. Os principais equipamentos que existem hoje lá foram frutos de emenda, de emenda parlamentar. Senador Fernando, de emendas impositivas e de emendas individuais, principalmente as individuais. Eu fiquei encantado. E o hospital anualmente presta contas desse recurso ao Parlamentar, com relatório – com relatório. Olha a diferença de um Estado em que o hospital acontece, em que a saúde acontece.

Agora, eu vou comparar com o meu Estado: no primeiro ano, como ninguém tem emenda, eu coloquei, no primeiro e segundo anos, R\$72 milhões, porque eu também fui Vice-Líder e consegui um recursinho, inclusive uma emenda de bancada, R\$47 milhões; para custeio, R\$72 milhões. Nunca me chamaram para dizer nem que tinham comprado um parafuso.

Hoje, no meu Estado, temos quase 500 pessoas esperando na fila por uma cirurgia ortopédica. Os idosos estão indo a óbito, porque ficam ali, paralisados, pegam pneumonia ou outra doença hospitalar, e vão a óbito.

Então, essa é a diferença quando o recurso chega na ponta.

Portanto, eu quero aqui render as minhas homenagens aos Parlamentares de Goiás e ao Hospital Araújo Jorge, que responde com a saúde devida ao povo de Goiás e ao povo do Brasil.

Muito obrigado a todos que fazem aquele hospital.

Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru, pelo convite que V. Exa. me fez. E ontem estava lá toda a sua equipe presente, porque V. Exa. tinha tido uma recaída, V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Hipoglicemia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É, pronto. Isso aí.

Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – V. Exa., Senador Telmário Mota, de Roraima, dá aqui um exemplo nacional, nesta Casa, porque é admirável que um Senador de Roraima tenha mais conhecimento de um hospital consagrado no Brasil inteiro, que atende a brasileiros de todos os Estados, inclusive do seu, no caso do seu sobrinho, tenha mais conhecimento do que muitos goianos sobre a importância dessa instituição chamada Hospital Araújo Jorge, hospital do câncer.

Bem, aqui cumpro o Regimento Interno desta Casa. Portanto, antes do Senador Alvaro Dias – o Senador Alvaro todos os Dias –, que é o próximo inscrito para usar a tribuna, pelo tempo de Liderança, eu convido para fazer uso da palavra o Líder do Governo, que representa, com orgulho, o Estado de Pernambuco, o Senador Fernando Bezerra, com prazer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Jorge Kajuru; muito obrigado, Senador Alvaro Dias, pela compreensão.

É com alegria, Sras. e Srs. Senadores, que venho a esta tribuna, para registrar o excepcional resultado do leilão dos aeroportos na última sexta-feira, dia 15 de março.

Neste leilão, realizado em um novo formato, de três blocos, o Governo Federal arrecadou aproximadamente R\$2,4 bilhões à vista, com a concessão de 12 aeroportos localizados em três diferentes regiões do País e que atendem, atualmente, a quase 20 milhões de passageiros.



Destaco que apenas o bloco Nordeste, que é formado por seis aeroportos, incluindo o de Recife, no meu Estado de Pernambuco, foi arrematado por R\$1,9 bilhão, um ágio de 1.000% em relação ao lance mínimo, que foi de 171 milhões.

Quero chamar a atenção, Sras. e Srs. Senadores, para o elevado ágio pago neste leilão pelas maiores operadoras aeroportuárias do mundo, que, nos próximos 30 anos, vão investir, no mínimo, R\$3,5 bilhões na ampliação e manutenção dos aeroportos leiloados.

Somente nos primeiros cinco anos do contrato, o investimento será de aproximadamente R\$1,5 bilhão. Isso significa um claro voto de confiança na condução da política econômica do Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Nos primeiros seis meses de contrato, os passageiros já sentirão a diferença. Isso porque estão previstas ações imediatas, como melhorias nos sistemas de climatização, escadas e esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens, além de internet gratuita de alta velocidade em todos esses aeroportos.

Em especial, Sr. Presidente, quero ressaltar o sucesso do resultado desta iniciativa para o povo do meu Estado, Pernambuco. O aeroporto de Recife, junto com os outros aeroportos do bloco Nordeste, foi arrematado por uma grande operadora aeroportuária da Espanha, a Aena. Estamos falando de uma empresa que é líder em gestão de aeroportos, que tem conhecimento, tem capital e tem tecnologia para fazer com que o aeroporto de Recife, que é o oitavo maior aeroporto do País e o maior do Nordeste, continue crescendo cada vez mais. Isso porque, nos próximos 30 anos, a operadora Aena terá que fazer investimentos da ordem de R\$865 milhões. Com isso, a movimentação no aeroporto de Recife vai passar para quase 24 milhões de passageiros. Ou seja, três vezes mais do que o registrado em 2018.

Outra importante iniciativa do Governo Federal é a retomada de uma área de 1 milhão de metros quadrados, que estava sob domínio da Aeronáutica e que agora passa para o aeroporto de Recife. Isso vai permitir que um novo terminal de cargas seja construído e que o terminal de passageiros seja ampliado, passando de 11 pontes de embarque para 21. Essa ampliação vai permitir o aumento do número de embarques e desembarques de passageiros, o incremento da área total do estacionamento de veículos...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... para 85 mil metros quadrados, com mais de 3 mil vagas; e o aumento do sistema de pátios de aeronaves, de modo a comportar 17 posições.

Vejam, Sras. e Srs. Senadores, o impacto disso na vida do passageiro e o grande potencial para incrementar ainda mais o turismo de Pernambuco, tão importante para a economia do Estado.

O novo aeroporto tem potencial para ampliar o fluxo de turistas brasileiros e estrangeiros, confirmando Pernambuco como um dos principais destinos turísticos do Brasil.

Quero também dizer que o povo do meu Estado, Pernambuco, tem muito que comemorar. Além do sucesso do leilão do aeroporto do Recife, o Governo publicou, hoje, edital para fazer a concessão do aeroporto de Petrolina, minha terra natal, junto com outros 21 aeroportos do País. Tenho certeza de que esse próximo leilão também terá grande êxito, gerando mais riquezas, trabalho e renda para o povo de Pernambuco e de todo o Brasil.

Encerro, cumprimentando o Governo Federal, na pessoa do Ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e toda a sua equipe, pela realização de tão importante ação, que permitirá o



aumento dos investimentos em infraestrutura e a consequente melhora na qualidade dos serviços e no desenvolvimento da economia do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Fernando Bezerra, V. Exa., como Líder do Governo, faço questão que saiba: eu sou Líder da bancada do PSB, mas nunca sou e nunca serei oposição. Eu tenho posição; é bem diferente.

E ontem fiz questão de cumprimentar esse fato, não só em função do Governo Bolsonaro, que V. Exa. representa aqui como Líder, mas do autor dessa iniciativa, lá no período de transição, que é meu amigo pessoal, o Ministro Paulo Guedes, que também, na minha opinião, deve ser enaltecido. Perfeito?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parabéns pelo seu pronunciamento.

Em seguida, então, na sequência dos oradores, sempre quando sobe à tribuna, com pautas raras, pontuais e implacáveis, o Senador que representa o Paraná pelo Podemos... E que V. Exa. aceite o convite de um dos melhores músicos do mundo, que é brasileiro, Ivan Lins, que vai estar com a cantora Simone em um *show*, dia 6 de abril, em Curitiba, sua capital paranaense, porque ele é um grande admirador de V. Exa. e fez questão de convidá-lo.

Eu também estarei lá.

Com a palavra, com prazer, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discursar.) – Senador Kajuru, felizmente a recíproca é verdadeira. Eu também sou um grande admirador do Ivan Lins e presto aqui as minhas homenagens ao seu talento. E a satisfação de poder comparecer ao seu lado será ainda maior. Se possível, estaremos juntos, prestigiando esse grande artista brasileiro, Ivan Lins.

Senador Kajuru, que preside esta sessão: ontem, brasileiros foram às ruas. Aliás, o artista tem que estar onde o povo está, e o político deveria estar onde o povo está.

Ontem, de novo, Reguffe, o povo foi às ruas do Brasil. Muitos. Não sei quantos. Mas muitos, carregando a indignação diante de um golpe aplicado pelo Supremo Tribunal Federal na Operação Lava Jato, que completava cinco anos de existência. Sem dúvida, o maior golpe aplicado na Operação Lava Jato nesses últimos cinco anos.

Inexplicável, porque, peculiaridades à parte – e eu diria preciosismos jurídicos à parte –, o que vale, nessa hora, é a aspiração do povo brasileiro, e a Operação Lava Jato é a prioridade nacional.

Para o povo do Brasil, a Operação Lava Jato foi um despertar de esperança em relação ao nosso futuro. Sobretudo, ressuscitou as esperanças de que é possível a consagração de uma nova Justiça neste País, já que o conceito arraigado na consciência do povo brasileiro é o de que aqui, no nosso País, a Justiça só se prestava a colocar na cadeia os pobres.

Depois da Operação Lava Jato, esse conceito foi substituído. Poderosos foram para a prisão. Políticos. Até ex-Presidente da República, ex-Governadores, ex-Ministros, presidentes de partidos, tesoureiros, Parlamentares, presidente de Câmara, banqueiros, empreiteiros, marqueteiros, enfim,



figuras de notoriedade pública foram levados à prisão, na esteira de uma operação que, eu repito, reabilitou as esperanças do nosso povo num futuro melhor para este País.

Os ventos da mudança estavam soprando. Sopraram nas ruas a partir de 2013, quando multidões protestaram. Invadiram instituições sagradas do Estado de direito, como o Ministério Público, a Polícia Federal, que mudaram. Tornaram-se mais fortes, independentes, autônomas, mais eficientes, e começaram a prestar o grande serviço recuperador do ânimo da sociedade de um País claudicante, em razão dos escândalos de corrupção.

E a Operação Lava Jato, nesses cinco anos, condenou 285 pessoas. Foram 285 condenações, num total de mais de 3 mil anos de cadeia. Penas que alcançaram mais de 3 mil anos de prisão.

E vejam o disparate, vejam a diferença: no Supremo Tribunal Federal, apenas uma condenação, com 13 anos de prisão.

E querem preservar o chamado "foro privilegiado", essa instituição do atraso, do retrocesso, da injustiça; essa instituição ou esse instituto do foro privilegiado, que rasga a Constituição, notadamente no art. 5º, que dispõe sobre igualdade. Somos iguais perante a lei.

E há aqueles que querem retardar a votação do projeto que acaba com o foro privilegiado e que está aguardando deliberação na Câmara dos Deputados.

Por quê? Quem tem medo? O que está por trás dessa estratégia de protelação?

Passou pelo Senado, aprovado por unanimidade. Passou pela Comissão de Justiça da Câmara, também por unanimidade. Passou pela Comissão Especial, que analisou tecnicamente a proposta, por unanimidade.

E, agora, esbarra numa estratégia maldosa de protelação, para salvaguardar o interesse de alguns marginais, que esperam a prescrição das ações que os atormentam, na esteira da Operação Lava Jato.

Nós queremos aplaudir a iniciativa de Deputados do Podemos, na Câmara dos Deputados, dos Deputados Igor Timo e Roberto de Lucena, que apresentaram um projeto exatamente para alterar essa decisão infeliz do Supremo Tribunal Federal, que se deu por seis votos contra cinco, transferindo ações complexas que envolvem corrupção, lavagem de dinheiro, corrupção na Administração Pública, para a Justiça Eleitoral.

E nós estamos hoje aqui também apresentando um novo projeto de lei complementar, que exclui da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos, dando outras providências. Portanto, na contramão do que deseja o Supremo Tribunal Federal, que, aliás, com um placar de seis a cinco, deu uma trombada na expectativa do nosso povo de ver a Operação Lava Jato concluir seus trabalhos com resultados inquestionáveis.

Por que transferir à Justiça Eleitoral? Teria condições a Justiça Eleitoral de julgar ações complexas de lavagem de dinheiro, de corrupção, enfim? Nós entendemos que não.

A ex-Ministra Calmon afirmou que o Supremo Tribunal Federal tentou preparar ou preparou um enterro de luxo para a Operação Lava Jato. E ela destaca que a Justiça Eleitoral não tem condições. Não em razão da estrutura, porque a ausência de estrutura, segundo ela, é contornável; o que não há é garantia, o que torna os juízes vulneráveis para julgar casos dessa natureza, porque eles são escolhidos politicamente. São desembargadores e advogados escolhidos politicamente, com mandato provisório, com uma remuneração expressiva, com um abono de R\$8 mil. E o Joaquim Barbosa também lembra um ponto importante: um terço dos integrantes da Justiça Eleitoral são advogados. E eu afirmo: advogados militantes, que podem perfeitamente, durante o dia, preparar



a defesa dos seus clientes e, à noite, com a toga de juízes, julgá-los. Portanto, não é esse o caminho de uma nova Justiça.

É preciso, inclusive, questionar a Justiça Eleitoral, em razão do modelo próprio, do modelo único existente no Brasil. Não há modelo semelhante em nenhuma nação do mundo.

É preciso também, nessa hora, questionar, inclusive, os gastos. Em 2017, sem eleição, a Justiça Eleitoral consumiu mais de R\$7 bilhões do dinheiro público. Aliás, Senador Kajuru, Senador Lucas, quando nós chegamos aqui, diante do prédio do Tribunal Superior Eleitoral, nós imaginamos estar em Dubai diante de um hotel cinco estrelas, em razão da luxuosidade desse monumental edifício que abriga a Justiça Eleitoral do nosso País, como se vivêssemos a abundância e a prosperidade.

Há que se questionar, sim, esse modelo de Justiça Eleitoral, mas não é o caso agora. Nesse momento, nós estamos apenas condenando a decisão do Supremo Tribunal Federal como contrária aos interesses de uma nova Justiça no nosso País.

Eu acho que fazer a defesa da Operação Lava Jato deveria ser uma missão de todos nós, porque é isso que a população deseja. Defender a Operação Lava Jato é, sem dúvida, enaltecer o papel desempenhado por investigadores da Polícia Federal, do Ministério Público e por julgadores, especialmente da Justiça de primeira e de segunda instância, que cumprem, rigorosa e exemplarmente, o seu papel. Este momento de transição para o futuro do País é complexo, nervoso, mas de fundamental importância na construção da Nação que todos nós desejamos. Vamos continuar defendendo a Operação Lava Jato.

Eu espero que projetos dessa natureza possam ser colocados na Ordem do Dia imediatamente, Senador Kajuru. Nós estamos aqui pedindo urgência para esse projeto de lei complementar que estamos apresentando hoje. Com ele, nós resolveremos esse impasse e fortaleceremos a Operação Lava Jato, que, sem dúvida, foi golpeada violentamente na última semana, fragilizada.

Eu não considero que seja o enterro de luxo da Operação Lava Jato, porque ela sobreviverá a essas intempéries, a esses obstáculos, superará esses obstáculos. É preciso que supere e que vá adiante. Defendendo a Operação Lava Jato de um lado e assistindo à tentativa de desqualificação dela do outro lado, incompreensível é essa decisão de investigar procuradores da Lava Jato e auditores da Receita Federal por estarem cumprindo o seu dever.

Há, no mundo da marginalidade, uma prática recorrente, que é a de desqualificar quem denuncia, na esperança de que prevaleça a impunidade. Eu não acredito que essa possa ser a intenção de quem quer que seja no Supremo Tribunal Federal, mas anunciar que se investigarão procuradores da Operação Lava Jato certamente é uma tentativa de amordaçar ou essa tentativa recorrente no mundo da marginalidade em que se procura desqualificar quem denuncia, na esperança de que a impunidade derrote a justiça.

Manifesto o nosso inconformismo em relação a esse anúncio. Eu espero que fiquemos no anúncio e que realmente não se perca tempo determinando a investigação de autoridades do Ministério Público, que possuem, sim, o direito à livre manifestação do pensamento. Não há razão para condená-los porque opinam. Aliás, no combate à corrupção e à impunidade, todos nós devemos ter posição. Justifica-se o jornalista ter lado; justifica-se um procurador ter lado. E o lado que nós desejamos todos devam ter é o lado contra a corrupção e contra a impunidade. Que os procuradores se manifestem contra a corrupção! Que os procuradores se manifestem contra a impunidade e contra as injustiças! E nós haveremos de continuar respeitando sua imparcialidade.



Não podemos, de forma alguma, confundir manifestação de indignação em relação a fatos que ocorrem em nome da impunidade e da corrupção com imparcialidade ou com seletividade no cumprimento da missão.

Nós estamos diante de um fato concreto no Senado Federal. Há, aí, um requerimento que pede a instalação da CPI denominada Lava Toga. Alguém diz: "É um conflito entre os Poderes ou é a crise institucional que se estabelece". E eu digo: "Não é a CPI que provoca a crise. A crise existente, que nos leva a um divórcio entre as instituições públicas e a sociedade, se dá em razão do comportamento, da atitude de autoridades brasileiras instaladas nos Três Poderes – no Legislativo, no Judiciário e no Executivo". Esse divórcio é visível. E o divórcio das instituições com as aspirações do povo brasileiro é a negação da República.

Por essa razão, Senador Kajuru, durante a campanha eleitoral, eu pregava a refundação da República. E essa é uma causa presente. Temos que refundar a República, porque o que temos mais parece com o Império, já que há um conluio entre autoridades que se colocam num patamar de superioridade, preservando os seus privilégios em prejuízo dos interesses maiores da coletividade.

Não há como um povo desempregado ou endividado... São 62 milhões de endividados e mais 52 milhões abaixo da linha da pobreza. Não há como asseverar a existência da República se esse divórcio se estabelece com o monopólio dos direitos se chocando com aspirações negadas, num mundo de desigualdades.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Apenas os poderosos sustentam os seus privilégios enquanto os pobres mortais brasileiros, trabalhadores e desempregados, lutam por sua sobrevivência.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Precisamos fazer algo, não basta o discurso. Eu sinto a impotência do Parlamento diante dos acontecimentos. Muitas vezes nos resta apenas o discurso de protesto. Ao povo da mesma forma, ou ainda mais: aqueles que não possuem tribuna vão às ruas do País, carregam as suas bandeiras, as suas faixas, escrevendo manifestos de protesto e de indignação, nas ruas do País, diante de acontecimentos que se sucedem.

Há pouco eu estava lendo uma pesquisa e verifiquei que o prestígio do Congresso continua no chão. "Mas tivemos uma eleição recente, houve grande renovação!" Aqui no Senado são 49 novos Senadores – 46 que foram eleitos e 3 suplentes que assumiram. Dos 81, 49 são novos Senadores. Mas isso não foi suficiente para reabilitar a confiança da sociedade no Congresso Nacional. Continuamos com o nosso prestígio no chão, muito mais rejeitados do que aprovados. Isso nos leva a sentir essa sensação de impotência e muitas vezes nos iludimos com aquilo que aqui fazemos, imaginando que a sociedade está ao nosso lado, nos acompanhando. Muitas vezes, a maioria do povo está distante daquilo que aqui ocorre. E certamente os novos Senadores, como eu, também se sentirão angustiados quando constatarem que a maioria da população não tem conhecimento do que estamos aqui tentando fazer para defender os interesses nacionais.

Hoje temos ainda as redes sociais pelas quais desabafamos, na realidade, mas são uma incógnita. Eu, particularmente, não tenho noção do alcance. Para alguns, certamente, o alcance é maior: são mais visíveis, são mais populares, alcançaram número expressivo de seguidores, como o Senador Kajuru; mas, para tantos outros, especialmente aqueles que iniciam aqui o seu trabalho, não teremos o mesmo alcance. Essa é uma angústia.



O que nós queremos é que a população nos fiscalize. O que nós queremos é trazer a sociedade para o nosso lado. Queremos que a população esteja realmente do nosso lado, para que nos tornemos fortes, superiores às dificuldades, e possamos vencer os desatinos daqueles que ousam afrontar as aspirações do nosso povo com atitudes que afrontam a nossa realidade, que se chocam com as aspirações da nossa gente, como aqueles cinco Ministros. Perdoem-me: nós temos que respeitar, mas nós não podemos concordar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exatamente, seis. Nós temos que aplaudir o comportamento de cinco Ministros, mas não podemos concordar com a posição de seis Ministros, posição infeliz, porque a soberania popular foi ignorada nessa hora. A legislação pode ser interpretativa e pode-se adotar flexibilidade na interpretação da legislação vigente, e há argumentos jurídicos...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... sólidos para sustentar a posição que cinco dos Ministros sustentaram, mas o que nós não podemos aceitar é que a alegação de preciosidades jurídicas possa ser mais relevante, possa se sobrepor ao interesse de uma Nação inteira, que é o interesse de caminharmos para uma nova Justiça neste País, onde a impunidade definitivamente será derrotada.

Muito obrigado, meu caro Senador Kajuru. Agradeço a concessão do tempo.

Não sei se o Senador Lucas está pedindo um aparte... *(Pausa.)*

Muito obrigado, então, Senador Kajuru.

Nós vamos pedir, então, aos colegas Senadores que apoiem esse projeto.

Aliás, eu sei que o Jô Soares é uma figura que merece admiração nacional, e eu vou encerrar esse discurso com uma frase dele, do Jô Soares: "A corrupção não é uma invenção brasileira, mas a impunidade é uma coisa muito nossa". Jô Soares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Meu amigo pessoal Jô Soares.

V. Exa., Senador Alvaro Dias, veio de novo à tribuna como voz nacional, de uma bandeira nacional, que é a revolta da nossa população em relação ao tema foro privilegiado, esse instituto. Também coloca com propriedade a discussão de uma instituição falida, desmoralizada, chamada Supremo Tribunal Federal. Vem com coragem, fala o que o Brasil está falando nas ruas.

Gostei quando lembrou Milton Nascimento: "Todo artista tem de ir aonde o povo está", mas o político também. Eu fui ontem a Goiânia. Fiquei em frente ao prédio da Polícia Federal por uma hora, com todos os goianienses que protestavam em relação à Lava Jato, essa operação absolutamente consagrada no Brasil.

Só concludo – permita-me, Senador Alvaro Dias –, e sei que o Senador Lucas Barreto, que orgulha o Amapá, pensa como nós e tantos outros aqui, dizendo que eu não serei – e disse isto na tribuna hoje –, de forma alguma, aquele a estacionar um jipe, um cabo e um soldado na porta do Supremo Tribunal Federal. De forma alguma. Agora, afastem de mim esse cálice de golpismo. Todavia, não me peçam que me silencie em culto à paz dos cemitérios. Silenciar eu não vou, recuar eu não vou, nem para tomar impulso, e sei que V. Exa. também não.

Parabéns, Senador Alvaro Dias!



O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Opa, com o maior prazer!

Chega mais um Senador para fazer uso da palavra, representando as Alagoas.

Hoje recebi uma informação de que amanhã vamos conversar... *(Pausa.)*

Desculpem-me, representando Sergipe. É por causa da visão, né, Zezinho? A visão do Kajuru aqui... Eu entendi, Rodrigo, mas agora eu vi quem amanhã vai estar no meu gabinete conversando sobre uma pauta muito importante!

Que orgulha o nosso Sergipe, para o uso regimental da palavra na tribuna, com prazer, pelo PT, Senador Rogério Carvalho.

À direita ou à esquerda? À direita.

Com prazer, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Kajuru.

Antes de mais nada, eu queria cumprimentar todo o povo aracajuano e sergipano pelo aniversário da cidade de Aracaju, 164 anos, completos no dia de ontem, dia 17 de março. Então, fica aqui a nossa lembrança àquela bela cidade que é a capital de todos os sergipanos.

Eu queria, Sr. Presidente, falar um pouco sobre o momento que a gente vive no País e falar para os brasileiros e as brasileiras de todos os gêneros sobre o que vem acontecendo e o que está por vir a acontecer com o nosso sistema de previdência.

Na Europa, a gente vê e acompanha, há quase três séculos – a Inglaterra, a França... –, que vêm desenvolvendo um sistema que desemboca, depois da Segunda Guerra Mundial, num sistema de previdência, na verdade, num sistema de seguridade, que foi, depois da Segunda Guerra Mundial, a base para a reconstrução de toda a Europa Ocidental, que auxiliou aquele povo, ou aqueles povos, depois da Segunda Guerra Mundial, depois de toda a destruição da Segunda Guerra Mundial, a distribuírem riquezas e tirarem o povo da miséria e auxiliou na reconstrução dos países europeus arrasados pelo conflito decorrente da Segunda Guerra Mundial. E o maior instrumento de inclusão, o maior instrumento de reconstrução da sociedade europeia, principalmente dos países do Ocidente europeu, foi a construção de sistemas de seguridade solidários, que se transformaram na base estruturante da sociedade europeia ocidental e que perduram até os dias de hoje.

Nós temos uma tradição muito mais recente, que começa na década de 20, com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões; depois, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, na década de 30; do INPS, na década de 60, que é a fusão de todas as Caixas de Aposentadorias e Pensões; depois, do Inamps, que inclui a assistência médica; e em 1986, ainda na Nova República, no Governo do ex-Presidente José Sarney, foi criado, foi ampliado o benefício da saúde pública, que era só para os que tinham trabalho formal, a assistência saúde com o SUDS.

E, em 1988, a Constituição de 1988 cria um sistema de seguridade que é um sistema completo, complexo e protetivo. Cria as condições para uma sociedade solidária, uma sociedade capaz de acolher todos os seus filhos. E nasce ali, na Constituição de 1988, aquilo que é mais importante numa sociedade, que são os direitos que materializam a cidadania de um povo. Então,



a partir de 1988, a gente passa a ter uma argamassa, a gente passa a ter uma estrutura definidora daquilo que vem a ser a base da cidadania concreta, real do povo brasileiro.

E nós estamos diante de um debate que esta Casa vai ter que enfrentar, que é o debate de uma suposta reforma da previdência. Eu digo "suposta" porque, quando a gente tem uma casa e vai fazer uma reforma, a gente muda algumas coisas, mas o intuito é melhorar, é renovar, é adequar ao uso futuro daquele ambiente que se propõe a ser uma moradia. E o que nós estamos vendo no Brasil, neste momento, não é uma proposta de reforma; é uma proposta de acabar com o sistema de seguridade, construído à custa de muitas vidas e de muita luta do povo brasileiro, que se consolidou logo após a redemocratização do País, com a Constituição de 1988.

A primeira confusão, para aqueles que querem destruir o nosso sistema de seguridade, é juntar o sistema de seguridade, que é o Regime Geral de Previdência, que inclui aí os trabalhadores da iniciativa privada, que inclui o benefício de prestação continuada... Esse sistema nós podemos dizer que é o que compõe o sistema de seguridade, junto com a assistência social, que veio, na Constituição, como um dos pilares da nossa seguridade, e a assistência à saúde, que vem com a criação do Sistema Único de Saúde, como pilares da garantia de três direitos fundamentais: o direito à previdência, o direito à assistência social e, portanto, à dignidade humana e o direito à saúde, que é aquele que vem para preservar o maior bem que o indivíduo, que o cidadão pode ter, que é a própria vida.

Nesse esteio, são construídos regimes próprios de previdência que são os regimes dos Estados, de alguns Municípios e da própria União. E, nesta confusão de crise, de financiamento dos benefícios, juntam ou tentam juntar o que é o sistema de seguridade com os regimes próprios de previdência.

Se nós analisarmos os dados do sistema de previdência da seguridade, que é o regime geral, nós vamos ver que esse sistema não tem crise, nem de financiamento, nem de sustentabilidade. O que nós estamos vivenciando é a crise dos regimes próprios de previdência e a crise do regime próprio de previdência dos Estados, de uma maneira geral, que estão com déficits que precisam ser equacionados pelos governos estaduais e que precisam ter uma política, a exemplo do que foi o Proer para salvar o sistema financeiro no passado. Mas não deve ser trazida para o sistema de seguridade do País e colocada na vala comum toda a estrutura de proteção social ou mesmo ser comprometida a estrutura de proteção social do nosso País, que é definida pela nossa seguridade social.

Portanto, eu queria aqui, primeiro, fazer essa separação de que o sistema do Regime Geral de Previdência, com o Benefício de Prestação Continuada, não está apodrecido. Este é a garantia que o povo brasileiro tem de proteção do direito à vida e do direito à dignidade. E nós não podemos aceitar que uma proposta de reforma ou uma suposta proposta de reforma venha para destruir esse sistema que, dos 30% de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza, deixou 11% de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Isso não foram os regimes próprios de previdência, foi o sistema de seguridade que nós criamos.

Nós não podemos aceitar uma reforma que venha a destruir a referência do piso da remuneração para o Benefício de Prestação Continuada, que é o salário mínimo, nem que também venha a destruir o piso para o pagamento do benefício da aposentadoria desvinculado do salário mínimo.

Essas propostas vão criar uma legião de desaposentados que a União, ou seja, que o Governo Federal vai ter que financiar e uma legião de miseráveis idosos no nosso País, como vem



acontecendo no Chile e em outros países que destruíram ou que não foram capazes de construir um sistema de seguridade como nós brasileiros conseguimos construir e fincar, na Constituição de 1988, como um direito fundamental e estruturante da sociedade brasileira.

Infelizmente, o povo brasileiro, a sociedade, ainda não entendeu que isso é um valor estruturante e fundante de qualquer sociedade que se propõe a ser civilizada.

Nesse sentido, nós não podemos fechar os olhos para a crise que existe nos regimes próprios de previdência, como não fechamos os olhos, em governos passados, para essa questão. E o Governo Federal, ainda na gestão da Presidente Dilma, criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, que estabeleceu o teto da previdência geral para todos os servidores do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público.

Portanto, já se estabeleceu qual é a regra que universaliza, mas sem romper com a acumulação que a história nos trouxe de um sistema de proteção da sociedade, sem mexer naquele que é um instituto consolidador e fundante de uma sociedade solidária, que é o nosso sistema de seguridade. Partiu dali, e não destruindo este para montar a solução do regime próprio de previdência dos órgãos e das instituições federais. Foi criado a Funpresp.

Não é verdade que o futuro dos servidores públicos federais, por exemplo, do Ministério Público, do Judiciário, do Executivo, está em jogo ou está em risco. Por quê? Porque a Funpresp criou as condições em que o trabalhador, o funcionário público, o servidor público vai receber o teto, e o Governo e eles, os trabalhadores, com uma contribuição de 8% cada um, comporão um fundo, gerido pelos trabalhadores e pelo Governo, criando uma poupança enorme futura que poderá financiar... É um sistema de capitalização, mas é um sistema de capitalização a partir de um fundo composto por contribuição de patrão e de empregado, no caso, de Governo e servidores públicos.

Então, não é verdade que o futuro dos servidores públicos federais esteja em jogo. Não é verdade, porque, na Funpresp, é definido o benefício de acordo com o tempo de contribuição, por 35 anos, e a média das contribuições estabelece o benefício definido, que será pago a cada servidor que contribuiu, ao longo de 35 anos, para ter o seu benefício.

Portanto, o futuro dos servidores públicos federais, seja do Judiciário, seja do Ministério Público, do Executivo ou do Legislativo, tem uma solução. E todos nós sabemos como se constroem soluções previdenciárias: a partir de cálculos atuariais que medem a expectativa de vida e a contribuição necessária para que, nessa expectativa de vida, possa garantir a aposentação e o pagamento de um benefício definido. Isso está equacionado. Então, esta crise não é um fato, não é uma verdade.

Mas há uma verdade, que é a crise dos regimes próprios de previdência dos Estados. E o que fazer? É chamar os Estados, todos os Estados, a definir um novo regime de previdência, criando para o futuro, como base, como referência, o teto da previdência geral, constituir, a partir daí, novos fundos de previdência – quem sabe até mediado pelo Governo Federal, mediado pelo Banco Central, mediado pela comissão que cuida das previdências, a Previc, que cuida de todos esses fundos –, criar um fundo com todos os trabalhadores, novos ingressantes no serviço público ou nos serviços públicos estaduais e criar um grande fundo e uma gangue poupança para auxiliar o desenvolvimento do País.

Mas aí vem a pergunta: e a crise fiscal que a gente vive? Como nós vamos resolver? Essa pergunta nós devemos devolver a quem propõe uma reforma da previdência que destrói o sistema de seguridade, que dá garantias ao povo brasileiro, e que aumentará o déficit fiscal e o rombo nas



contas públicas, porque o fato de tirar os benefícios, como, por exemplo, querer pagar R\$400 pelo Benefício de Prestação Continuada entre 60 e 70 anos, aposentadoria de R\$400 entre 60 e 70 anos e todas as restrições como há na Medida Provisória 871, que dificulta o acesso aos Benefícios de Prestação Continuada, é só a destruição daquilo que a gente acumulou como conquista do povo brasileiro.

Na hora em que o Governo diz que o sistema é capitalizado daqui para frente, mexendo no sistema geral de previdência, que paga, como benefício médio ao brasileiro, em torno de R\$1.021, benefício médio, e diz que, a partir de agora, o trabalhador vai contratar no mercado por um tempo de contribuição, e esse tempo de contribuição é o que vai definir o valor que ele vai ter para aposentar, ele está dizendo que esse dinheiro não entrará mais no caixa nem da previdência geral nem nas previdências públicas, ou seja, o déficit fiscal dos Estados, dos Municípios, da União e o déficit fiscal da conta da previdência vão aumentar.

Então, o sistema atual garante um equilíbrio das contas públicas, o sistema atual. O que nós precisamos é definir que fundo, que mecanismo para que possamos securitizar o rombo, o passivo dos regimes próprios de previdência da União e dos Estados, sem destruir o sistema de seguridade, que é uma conquista do povo brasileiro.

E como é possível fazer isso? Ora, são R\$1 trilhão de isenção fiscal dada às petrolíferas no sistema de partilha...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que foi implantado.

Ora, nós temos pelo menos R\$348 bilhões de renúncia fiscal anual dada para diversos setores da economia do Brasil. Por que a gente não cria um fundo com esses recursos para securitizar a dívida dos Estados e alonga essa dívida ao longo do tempo para melhorar o fluxo de caixa dos Estados? Por que não fazer isso?

Porque, Presidente Kajuru, o que está em discussão é algo muito tenebroso, muito alarmante, a que o povo brasileiro precisa prestar atenção. O que eles querem é, através do dinheiro que hoje financia o BPC, o que eles querem é o que hoje paga a aposentadoria rural, o que eles querem é o que hoje paga a aposentadoria do trabalhador mais esfolado, mais explorado... É financiar o aumento do tempo de contribuição, que, em vez de considerar o tempo de contribuição mais a idade, que dá 95/85, somando os dois, para garantir que aquele trabalhador possa receber proporcionalmente, porque ele não recebe integral no teto que está estabelecido... Ao contrário disso, eles querem colocar todos os trabalhadores para romper com a estrutura de seguridade e ir para o seguro social.

E isso vai ter um custo. Quem vai pagar essa conta? Essa conta vai ser paga pelos cofres públicos com que objetivo? Para criar e entregar a nossa poupança, a riqueza do povo brasileiro nas mãos de meia dúzia de bancos.

Nós vamos financiar a destruição do nosso sistema de seguridade e de proteção da cidadania para entregar essa riqueza aos gananciosos do sistema financeiro, que querem ir ao ventre da Nação e roubar aquilo que é o maior patrimônio de um povo, que é o seu direito, o direito à dignidade, o direito à aposentadoria, o direito à saúde, porque esse é o embalo que nós estamos vendo.

Então, quando o Partido dos Trabalhadores e quando outros partidos, que com certeza virão aqui e vão dizer não a essa reforma... Não é que não se seja favorável a ajustes no sistema



previdenciário brasileiro. É que nós somos contra a destruição de um dos mais bem elaborados e precisos sistemas previdenciários do mundo, que é o sistema previdenciário brasileiro, que funciona muito bem e que retirou milhões de brasileiros da miséria.

Hoje a população idosa abaixo da linha da miséria é 1%. Sabe graças a quê? Graças a esse sistema previdenciário que eles não querem reformar, eles querem destruir, eles querem acabar.

Para concluir, Presidente, o senhor sabe que uma sociedade se conforma a partir de como as instituições se posicionam e vão interferindo. O Chile deixou de ser uma sociedade solidária. As pessoas perderam a solidariedade entre elas, porque as pessoas agora são contratantes de seguros individuais. Isso mexe, inclusive, com o modo de organizar e de estruturar o jeito de a sociedade se relacionar.

Portanto, eu venho aqui para dizer: nós não somos contra resolver o problema dos regimes próprios de previdência, não da União, porque esse está equacionado. Nós não somos contra encontrar uma solução a milhares de mãos que somos, as duas Casas, para resolver o passivo previdenciário, por não ter se preparado para isso ou por terem colocado o recurso...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concluindo, desviado o recurso para outras finalidades. Mas nós somos contra a destruição do sistema de seguridade brasileiro, que é, se não a maior, uma das maiores conquistas do Brasil e do povo brasileiro, principalmente do povo mais pobre do nosso País.

Eu faço esse apelo e digo isso para todos os brasileiros que estão nos ouvindo: vamos nos mobilizar, vamos para as ruas, vamos divulgar, porque não é uma reforma da previdência. É a destruição do sistema de seguridade. É a destruição de um sistema solidário. É a destruição do fim da miséria que nós conseguimos evitar para a população mais velha e para aqueles que precisam do Benefício de Prestação Continuada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sergipano, Senador Rogério Carvalho, V. Exa. sempre sobe a essa tribuna – e eu o admiro por isso – de forma tranquila, com seus argumentos. Independentemente de posições ideológicas nesta Casa, V. Exa. apresenta, sem nenhum revanchismo, a discussão desta pauta factual no Brasil hoje, que tem de ser discutida em mão dupla com a sociedade. E tem razão quando observa e traz a palavra suposta. Tomara que ela nunca seja suposta e que ela seja uma proposta, como disse o Ministro Paulo Guedes, da reforma, porque, sendo proposta, a gente vai poder debatê-la e mostrar os dois lados.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, mais uma vez.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Fica aqui o meu abraço ao povo sergipano e ao povo aracajuano da nossa querida capital, Aracaju, que completou 164 anos ontem.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado a V. Exa.

Tenho muita saudade de Aracaju.

Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, eu gostaria de dizer aqui rapidamente que completamos hoje a 27ª sessão plenária deste Senado Federal, neste ano. Eu ocupo a Presidência,



com muito orgulho, pela nona vez, dirigindo os trabalhos desta Casa, e digo que é fácil para um Parlamentar trabalhar tendo uma eficiente equipe de assessoria aqui na Mesa Diretora, formada pela Adriana, pelo Zezinho, pelo João Pedro, pelo José Roberto, pelo Jajá, pelo Edinilson, o Caio, a Aline, a Clara, a Isa. Eu gosto sempre de falar em plural, de falar em equipe. Agradeço à qualificadíssima equipe da TV Senado, com audiência extraordinária em todo o Brasil, se bem que a TV Senado abandonou o Senador Kajuru – há muito tempo não há entrevista. É censura? *(Risos.)*

Abraço também à Radio Senado, a todos os presentes, aos que estiveram aqui nas galerias, aos familiares que vieram assistir a esta sessão. Que tenham uma ótima tarde, um ótimo dia de segunda-feira, com paz, saúde e, principalmente, com Deus!

Está encerrada esta sessão, já que não existem mais oradores inscritos.

Agradecidíssimo!

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 19 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 27ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

OF. Nº. 003/19 - CDH

Brasília, 15 de março de 2019.

Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
 Presidente do Senado Federal
 Brasília - DF

A publicação
 Em 18/03/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informo a Vossa Excelência a aprovação, em 14/03/2019, do RDH nº 14 de 2019, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de alterar a composição da *subcomissão temporária para debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros*, em anexo. Desta forma, a subcomissão passa a ser composta por 05 membros titulares e 05 suplentes.

Na oportunidade, informo em tabela abaixo que a subcomissão supracitada será composta dos seguintes membros:

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
Eduardo Girão (PODE)	1. VAGO
Styvenson Valentim (PODE)	2. VAGO
Lasier Martins (PODE)	3. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, PPS, PSB)	
Acir Gurgacz (PDT)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Telmário Mota (PROS)	1. VAGO

Atenciosamente,


Senador Paulo Paim
 Presidente

Recebido em 15/03/19
 Hora 14:33

 Estagiário - SLSF/SGM



Expediente do Senador Chico Rodrigues, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em missão oficial, no Canadá, no período de 02 a 06 de março de 2019, nos termos do Requerimento nº 65, de 2019.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Discurso encaminhado à publicação



O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sobre a democracia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Saibam os meus colegas e a nação brasileira que não serei eu a estacionar um Jipe, com um cabo e um soldado, na porta do Supremo Tribunal Federal.

O que pode fechar o Supremo não é a fiscalização da parte do Poder Legislativo, mas, sim, a perpetuação de privilégios que indignam a consciência crítica da nossa população, a falta de luz sobre os porões de onde emanam sentenças antípodas para casos idênticos.

O que enfraquece o judiciário, e pode levar a democracia ao colapso, não é a relação republicana e autônoma entre os poderes, mas, sim, a partidarização, o ativismo judiciário e a usurpação de prerrogativas entre as instituições.

Assim, digo às Senadoras e aos Senadores, e à Pátria Amada, afastem de mim esse cálice do golpismo, todavia não me peçam que eu me silencie, em culto à paz dos cemitérios.

Ao contrário, dirijo minha voz neste momento ao Sr. Presidente do Senado Brasileiro, caro Senador Davi Alcolumbre.

Foi publicado hoje um depoimento seu, no qual o senhor afirma "podem esquecer". Não haverá CPI da Toga.

Sr. Presidente, o senhor não percebe que, com essa atitude, apequena o Senado, apequena a justiça brasileira e apequena a si mesmo, na condição de Presidente do Congresso Nacional?

Tentando proteger as instituições e a democracia, o senhor não as estaria cobrindo com o manto do medo?

Sr. Presidente, na condição de quem, conhecendo-o há tão pouco tempo, adquiri respeito e consideração por Vossa Excelência, quero fazer-lhe um alerta de amigo: o manto do medo, ao longo da História, serviu apenas para perpetuar erros e equívocos, que evoluem até se transformarem em pura vergonha.

Se o senhor quer ser estadista, e eu acho que deseja e pode sê-lo, deixa a luz da democracia iluminar os salões da República.

Conduz as águas. Não as represe. Não abafe a voz dos que clamam por ética, justiça e verdade.

Seja, antes, essa Voz. Instale a CPI da Toga.

Conduza-a de maneira republicana. Contribua, de maneira histórica, para que a justiça e o Senado estejam à altura de nossa verdadeira democracia.

Aí sim, o senhor estará à altura de um verdadeiro estadista.

Obrigadíssimo.



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 2019

Exclui da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)



[Página da matéria](#)





**PROJETO DE LEI DO SENADO - COMPLEMENTAR Nº ,
DE 2019**

Exclui da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes cometidos contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação dos arts. 22, I, alínea “d” e 35, II, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, de modo a excluir da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos. Outrossim, modifica o texto do art. 78, IV, do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

Art. 2º O art. 22, I, “d” e o art. 35, II, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, passam a ter as seguintes redações:

“**Art. 22**.....

I-

d) os crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos cometidos pelos seus próprios juízes e pelos juízes dos Tribunais Regionais, ressalvada a competência da Justiça Comum nos casos de crimes contra a Administração Pública e daqueles que lhes forem conexos;” (NR)

“**Art. 35**.....

II - processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais, bem como da Justiça Comum,



à qual compete processar e julgar os crimes contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos;” (NR)

Art. 3º O inciso IV do art. 78 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1947, que institui o Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 78**.....

IV – no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá esta, ressalvado o disposto na Lei 4.737, de 15 de julho de 1965.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição altera a Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, para excluir da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar os crimes contra a Administração Pública e aqueles que lhe forem conexos.

Em 14/03/2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal chancelou a competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes comuns que apresentam conexão com crimes eleitorais.

Contudo, em que pese o atual texto do Código Eleitoral, que estabelece ser da Justiça Eleitoral a competência para processar e julgar crimes comuns afetos aos ilícitos eleitorais, a melhor solução encontrada para o deslinde de crimes contra a Administração Pública e daqueles que lhes forem conexos pertence ao quadro da Justiça Comum.





E isso porque, embora não se olvide da importância da Justiça Eleitoral, esta justiça especializada não detém de estrutura suficientemente razoável para julgar com celeridade os crimes comuns cometidos em face da Administração Pública.

Além da ausência de recursos humanos para a solução de crimes comuns, os agentes da Justiça Eleitoral são especializados para atuar apenas em questões que dizem respeito a práticas umbilicalmente associadas a aspectos eleitorais, não detendo, portanto, conhecimento específico para solucionar causas que são, comumente, afetas à Justiça Comum.

Portanto, levando-se em consideração os critérios objetivos supracitados, é mais apropriado que os crimes contra a Administração Pública e aqueles que lhes forem conexos sejam julgados apenas pela Justiça Comum.

Sala das Sessões,

Senador **ALVARO DIAS**

Líder do Podemos



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal - 3689/41
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3689>
- urn:lex:br:federal:decreto.lei:1947;3689
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1947;3689>
 - inciso IV do artigo 78
- Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965 - Código Eleitoral (1965) - 4737/65
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1965;4737>



O Projeto de Lei Complementar nº 66, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 144, DE 2019

Desarquivamento das seguintes proposições: PEC 51/2011 e 2/2013; PDS 82/2011; PLC 64/2014; e PLS 12, 82, 89, 90, 94, 101, 118, 125, 143, 195, 309, 462, 492 e 555/2011; 8, 47, 94, 127, 158 e 349/2012; 41, 68, 170, 202, 250, 284, 318, 354, 373, 377, 407 e 532/2013; 21, 51, 76, 137, 138, 186, 191, 229, 323 e 416/2014.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



*À Publicação
Em 18/3/2019*

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2019

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento das seguintes proposições: PEC 51/2011 e 2/2013; PDS 82/2011; PLC 64/2014; e PLS 12, 82, 89, 90, 94, 101, 118, 125, 143, 195, 309, 462, 492 e 555/2011; 8, 47, 94, 127, 158 e 349/2012; 41, 68, 170, 202, 250, 284, 318, 354, 373, 377, 407 e 532/2013; 21, 51, 76, 137, 138, 186, 191, 229, 323 e 416/2014.

Sala das Sessões,

[Handwritten Signature]
Senador CIRO NOGUEIRA



Página: 1/3 13/02/2019 16:22:00

6994e5e826e1424e22b470e69c9bf94f607454f4

Recebido em 14, 3, 19
Hora: 13:10

[Handwritten Signature]
do Senado Federal



REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento da PEC 51/2011, 2/2013; PDS 82/2011; PLC 64/2014; PLS 12, 82, 89, 90, 94, 101, 118, 125, 143, 195, 309, 462, 492 e 555/2011; 8, 47, 94, 127, 158 e 349/2012; 41, 68, 170, 202, 250, 284, 318, 354, 373, 377, 407 e 532/2013; 21, 51, 76, 137, 138, 186, 191, 229, 323 e 416/2014.



Página: 2/3 13/02/2019 16:22:00

6994e5e826e1424e22b470e69c9b94f607454f4

- 1. Cin Wozuwa
- 2. Maíra Gomes
- 3. Paulo Roberto Cardoso
- 4. James Roberto
- 5. _____
- 6. Fúsi
- 7. Fernando Bezerra
- 8. Denis Bezerra
- 9. Leopoldo Gato
- 10. _____
- 11. Marcelo Castro
- 12. ANERIS FORRINI
- 13. Zequinha Marinho
- 14. Luiz de Carmo
- 15. Flávio ARNS
- 16. Roberto
- 17. E. Amin
- 18. IZALCI

(Handwritten signatures corresponding to the list above)



- 19. WASIER
- 20. _____
- 21. Sergio da Silva
- 22. WEVERTON
- 23. Colijn Amfame
- 24. Elisavio Farias
- 25. Sergio Ribeiro
- 26. Projunto Mello
- 27. ALESSANDRO VIEIRA
- 28. Wladimir
- 29. Wladimir
- 30. _____

- J. Antonio
- Jorge Kajuru
- [Signature]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 145, DE 2019

Desarquivamento do PLS 14/2013.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

à publicação
Em 18/3/2019



SF/19208.88176-03 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 145 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 14/2013, *que Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB.*

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2019.

Senadora Mara Gabrilli
(PSDB - SP)

Página: 1/3 25/02/2019 15:38:52

db14148d34738cb094d62ac7db144715059ec89d

Nome do Senador	Assinatura
<i>George Kajuru</i>	
<i>Denegiano Hitch</i>	<i>Wégo Deto</i>
<i>Edmarcos Ferraz</i>	<i>Edmarcos</i>
<i>Elvino Rodrigues</i>	<i>RZ</i>
<i>FLAVIO ARNS</i>	<i>Mirli M</i>

Recebido em 14 / 03 / 2019
Hora: 14:14



Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 14/2013, que Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB.

Nome do Senador	Assinatura
nelirito boel	[Assinatura]
Ciro nequeira	[Assinatura]
Cláudio Janes	[Assinatura]
E. AMIN	[Assinatura]
MANCOS DO VAZ	[Assinatura]
STY... V... S	[Assinatura]
Jenivaldo Jansen	[Assinatura]
Simone Tebet	[Assinatura]
Sebastião Arruda	[Assinatura]
ALESSANDRO VIEIRA	[Assinatura]
Paulo M. ...	[Assinatura]
Weverton	[Assinatura]
Vera Barreto	[Assinatura]
HTT... Flávio	[Assinatura]
Jacques Wagner	[Assinatura]
Carlos Viana	[Assinatura]
Meirson de Jesus	[Assinatura]
Dario Berger	[Assinatura]
LASIER	[Assinatura]
Márcia Gomes	[Assinatura]
Maria do Carmo	[Assinatura]



Página: 2/3 25/02/2019 15:38:52

db14148d34738cb094d62ac7dbf44715059ec89d



Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 14/2013, que Acrescenta o inciso VII ao § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2.000, Lei de Responsabilidade Fiscal, para excluir dos limites de gastos o pagamento de professores com recursos do FUNDEB.

Nome do Senador	Assinatura
José Maranhão	



Página: 3/3 25/02/2019 15:38:52

db14148d94738cb094d62ac7dbf44715059ec89d





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 146, DE 2019

Desarquivamento do PLC 31/2010.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

*À Publicação
em 18/3/2019*



SF/19218.85042-70 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 146 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 31/2010, que Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2019.

Senadora Mara Gabrilli
(PSDB-SP)

Página: 1/2 27/02/2019 17:10:07

b8629b18ecb5dd32ba674b0cd539c6697b64d78871

Nome do Senador	Assinatura
<i>Jose Kajuru</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>Denise Zanotto</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>Elmano Férrer</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>Osório Bodur</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>Flávio Arns</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>Nelson de Med</i>	<i>[Assinatura]</i>

Recebido em 14 / 3 / 19
Hora: 14 : 04

SEADI
Folha: 113



Página 2 de 3 Parte integrante do Avulso do RQS nº 146 de 2019.

Matricula: 231013 SLSF/SGM

Rubrica



Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 31/2010, que Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

Nome do Senador	Assinatura
Ciro Nozueira	
Edimundo Gomes	
E. AMARAL	
Elmyr de Carvalho	
MARCOS DO VAZ	
Sergio de Souza	
Jenivaldo Lacerda	
Simone Tebaldi	
Julio Amador	
REGUFFE	
ALESSANDRO VIEIRA	
Paulo B. Freire	
ORIOVISTO GUEDES RIBEIRO	
Weverton	
Delega Souza	
OTTO MUELLER	
Jaquês Wagner	
Meles de Jesus	
Dario Berger	
Maurício Gomes	
Mania de Carvalho	

SF/19218.85042-70 (LexEdit)

Página: 2/2 27/02/2019 17:10:07

b6629bf8ecb5dc32ba674b0d539c697b64d78871

SEAD/ 134

Rubrica





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 147, DE 2019

Desarquivamento do PLC 72/2012.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



à Publicação
Com 18/3/2019



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli



SF/19260.92617-22 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 147 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 72/2012, que Inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2019.

Senadora Mara Gabrilli
(PSDB - SP)

Página: 1/2 19/02/2019 17:47:37

5b39896d133f94ae9174f47d6f459fe53eb89300c

Nome do Senador	Assinatura
José Kajuru	
Ceneziano Utd	
Eduardo Ferraz	
Cláudio Rodrigues	
Flávio ARNS	
Nelson de Souza	

Recebido em 19/03/2019
Hora: 14:07



Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 72/2012, que Inclui os profissionais fisioterapeuta e terapeuta ocupacional no Programa Saúde da Família - PSF.

Nome do Senador	Assinatura
Ciro Nozueira	
Cláudia Janne	
FLÁVIO MALSONANO	
S. AMIN	
Luiz do Carmo	
MARCOS DO VA	
L. STYANNA MOUTON	
Jenivaldo Jairo	
Simone Tibet	
Selma Apruda	
REUFFE	
ALESSANDRO VIEIRA	
Paulo B. Paulo B.	
ORIOVISTO SOARES	
Weslinton	
Rodolfo Cunha	
Rodolfo Cunha	
Álvaro Barão	
PAULO REGINA	
OTTO ALMEIDA	
Jaques Wagner	





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 148, DE 2019

Desarquivamento do PLC 70/2014.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Antonio Anastasia

*Em Publicação
em 18/3/2019*

REQUERIMENTO Nº 148 DE 2019



SF/19465.22889-00 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 70/2014, que Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores de multa nos casos de violação de seus dispositivos.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2019.

K.A. Anastasia
**Senador Antonio Anastasia
(PSDB - MG)**

Nome do Senador	Assinatura
<i>Paulo Rocha</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>REGUFFE</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>Melies de Jesus</i>	<i>[Assinatura]</i>
<i>Aluano Dias</i>	<i>[Assinatura]</i>

Página: 1/3 25/02/2019 16:43:17

4230ace61c12f70b62c4b79edaf1097ceab26f29

Requisição: Senador Salazar - Mat. 315749

Horas: 18:52
:cebid9 011 14/03/19



Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLC 70/2014, que Altera dispositivos dos arts. 14, 17 e 18 da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, para dispor sobre a vedação da utilização de animais em atividades de ensino, pesquisas e testes laboratoriais com substâncias para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético em humanos e aumentar os valores...

Nome do Senador	Assinatura
ALESSANDRO VIEIRA	
Edusuar Ferreira	
Randolfe Rodrigues	
Américo de Oliveira	
Humberto Costa	
RODRIGO JEREMISSATI	
Rogério Carvalho	
Rogério Cruz	
E. AMIN	
Dama Zangari	
FABIANO CONTARATO	
Marcelo Costa	
JOSE MARANHÃO	
ORIOVISTO GUIMARÃES	
LASIER	
Simone Tebet	
Rone de Freitas	
Genivaldo Lopes	
RALEI LIMA	
Márcia Gomes	
Aluísio Velloso	



Página: 2/3 25/02/2019 16:43:17

4230ace61c12f70b62c4b79edaf1097ceab26f29





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 149, DE 2019

Desapensamento da PEC nº 52/2015, que tramita em conjunto com a PEC 35/2015 e PEC 59/2015.

AUTORIA: Senador Reguffe (S/Partido/DF)



[Página da matéria](#)





*A publicação
Inclua-se em
Ordem do Dia
Em 18/03/2019*



REQUERIMENTO Nº 149 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento da PEC 52/2015, por tratar de matéria diversa.

JUSTIFICAÇÃO

Solicito o desapensamento da PEC n.º 52, de 2015, que tramita em conjunto com a PEC n.º 44, de 2012, e outras, para que tenha tramitação autônoma.

Sala das Sessões, de de .

Senador Reguffe

Recebido em 20 / 02 / 2019
 Hora: 17:55



Término de prazo



Encerrou-se em 15 de março o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário do Projeto de Lei nº 550, de 2019.

Não houve interposição de recurso.

Tendo sido aprovada terminativamente pela CMA, a matéria vai à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

-PSD - Otto Alencar*
-PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODE - Romário*
-PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-PPS - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrielli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
-PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PR - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Selma Arruda**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODE - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODE - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODE - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PPS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODE - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODE - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PR - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PPS - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

-PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODE - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODE - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
-PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

-S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
-PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
-PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20

PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Eduardo Girão.	PODE / CE
Elmano Férrer.	PODE / PI
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODE / RS
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Oriovisto Guimarães.	PODE / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Selma Arruda.	PSL / MT
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODE / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13

PDT-4 / PSB-3 / PPS-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	PPS / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	PPS / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	PPS / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PR-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayne Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PR / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PR / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Oriovisto Guimarães** (PODE-PR)
Alessandro Vieira** (PPS-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODE-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (PSB-GO)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PR-SC)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODE-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODE-RJ)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODE-ES)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Selma Arruda** (PSL-MT)
Eduardo Girão** (PODE-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (PPS-MA)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODE-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styverson Valentim** (PODE-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos do Val** (PPS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PR-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PPS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20</p> <p style="text-align: center;">Líder Esperidião Amin - PP ⁽²⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do MDB - 13 Eduardo Braga ^(11,25,33)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro ⁽⁵⁾ Vice-Líder do PP Ciro Nogueira ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus ⁽¹²⁾</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Girão - PODE ⁽²⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODE - 8 Alvaro Dias ⁽¹⁾ Vice-Líderes do PODE Oriovisto Guimarães ⁽²⁹⁾ Rose de Freitas ⁽²⁸⁾ Lasier Martins ⁽²⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha ⁽²²⁾ Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas ^(35,38) Rodrigo Cunha ⁽³⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSL - 4 Major Olimpio ⁽⁷⁾</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/PPS/PSB/REDE) - 13</p> <p style="text-align: center;">Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB ⁽²³⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 4 Weverton ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 3 Eliziane Gama ⁽¹⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru ⁽³⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues ⁽²¹⁾</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Paulo Rocha - PT ⁽³⁷⁾ Vice-Líder Zenaide Maia ^(19,30)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 6 Humberto Costa ^(13,18) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho ⁽³²⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PROS - 3 Telmário Mota ⁽²⁰⁾ Vice-Líder do PROS Zenaide Maia ^(19,30)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PR/PSC) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PR ⁽¹⁴⁾ Vice-Líderes Rodrigo Pacheco ^(4,16) Jorginho Mello ^(6,15) Zequinha Marinho ^(17,31)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco ^(4,16)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 2 Jorginho Mello ^(6,15)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho ^(17,31)</p>	<p style="text-align: center;">PSD - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Otto Alencar - PSD ⁽⁹⁾ Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p style="text-align: center;">Maioria</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Braga - MDB ^(11,25,33)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB ⁽³⁴⁾ Vice-Líderes Eduardo Gomes ⁽⁴⁰⁾ Elmano Férrer ⁽³⁹⁾ Izalci Lucas ^(35,38) Chico Rodrigues ⁽⁴¹⁾</p>	<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Randolfe Rodrigues - REDE ⁽²¹⁾</p>

Notas:

- Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
- Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
- Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
- Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
- Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
- Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
- Em 02.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
- Em 02.02.2019, o Senador Ciró Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
- Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
- Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
- Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
- Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
- Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
20. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
21. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
22. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

TITULARES	SUPLENTE
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁾	9. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 180 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

1. Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIROAO).
2. Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
3. Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
4. Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
5. Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
6. Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
7. Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
8. Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).
9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁷⁾	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁷⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽²⁾	4. Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3.
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3515

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁷⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁸⁾	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾	5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹³⁾	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4.
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ⁽¹¹⁾	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾	4.
Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁵⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Carlos Viana ⁽¹⁾	2. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Irajá ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	3.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	3.
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ^(9,15)	3. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ⁽¹⁵⁾
	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾	2. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).

14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).

15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).

16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾
	2. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
	3.
	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2.
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecção ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1.
	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4.
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽¹¹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹¹⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹¹⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁹⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁹⁾	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁷⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,17)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	4. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁰⁾	5.
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹³⁾	6.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁷⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹²⁾	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾
	5. Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13)
VAGO ^(5,15)	3.
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	4. Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽³⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrielli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).

16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).

17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁰⁾
Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹³⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
VAGO ^(4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,16)
Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽⁴⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecção ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1.
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel e Sérgio Petecção, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
11. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 hs -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁸⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁵⁾
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁷⁾	3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁷⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹²⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁵⁾
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(6,13)
Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽⁹⁾	4. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,15)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽¹¹⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,11)	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

